

Empresas Agrícolas e Desenvolvimento Económico: Potencialidades da província do Huambo

Ezequiel Rodrigues Lote

Dissertação de Mestrado em Gestão

Orientação: Professor Doutor Luís Miguel Pacheco

Abril, 2015



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos em primeiro lugar são para Deus que me deu a vida e nos proporcionou esta oportunidade. Nesta altura, e sobretudo nesta fase, as palavras são pequenas para exprimir o que de verdade nos vem na alma para poder dizer algumas palavras de gratidão a todos que nos ajudaram, desde as instituições até às pessoas singulares.

Deste modo agradeço à CESPÚ - Formação Angola que fez com que este projeto fosse um facto e cujos resultados já são visíveis.

À Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, que aceitou o desafio junto da CESPÚ - Formação Angola e, embora com todos os riscos possíveis, mesmo assim preferiu enfrentá-los.

Ao Professor Doutor Luís Pacheco, professor, orientador, exemplo de pessoa e homem de grandiosa honestidade e de um carácter inimaginável que me orientou todo este tempo com toda a exigência e rigor que lhe é peculiar.

Uma palavra de gratidão aos meus pais, por me incentivarem sempre que a academia é a única arma que pode mudar a consciência das pessoas com vista a termos um mundo cada vez melhor.

À minha família em geral, que de uma forma ou outra esteve envolvida desde o mais pequeno sobrinho até ao familiar mais idoso.

À minha Esposa e aos meus filhos, que sempre estiveram ao meu lado mormente nos períodos de imensas dificuldades, rumo à concretização deste trabalho.

Para terminar, agradeço e dedico esta obra a todos que de uma forma geral ou particular deram o seu contributo para a sua plena efetivação.

RESUMO

Este trabalho assenta numa pesquisa quantitativa e qualitativa e tem como objetivos avaliar as potencialidades das Empresas Agrícolas Empresariais no desenvolvimento da província do Huambo e procurar fundamentos no campo teórico-prático que reforcem a ideia da incidência no contributo que a agricultura pode dar ao crescimento e desenvolvimento económico e também, em particular, para a diversificação da economia da província do Huambo.

Verificou-se na revisão da literatura consultada que grande parte dos autores são unânimes e dão ênfase ao contributo do setor agrário para o crescimento e desenvolvimento económico. Da análise da literatura e com base na análise dos resultados do questionário desenvolvido junto das empresas agrícolas familiares e empresariais, os nossos resultados mostram que os estudos quantitativos, qualitativos e descritivos são congruentes em concluir que o setor agrícola apoiado é capaz de alavancar a economia, impulsionando outros setores, com destaque do setor industrial, por apresentarem ambas características similares e recíprocas em termos de dependência. Conclui-se que, face ao período em que se realiza este trabalho, caracterizado por uma conjuntura internacional que resultou numa crise económica mundial provocada pela baixa do preço do barril de petróleo, a diversificação da economia é uma necessidade, precisamente para aqueles países que dependem fortemente das receitas daquela matéria prima. Para este efeito, o setor agrário provou que pode minorar os efeitos tanto da crise como de outras implicações resultantes da mesma.

Palavras-chave: Empresas Agrícolas, Desenvolvimento e Crescimento Económico, Angola, Província do Huambo

ABSTRACT

This work is based on a quantitative and qualitative research and aims to evaluate the potential of Agricultural Firms in the development of the Huambo region and is founded in theoretical and practical issues that reinforce the idea of the contribution that agriculture can make to economic growth and development and also, in particular, to the diversification of the Huambo province's economy.

It was found in the literature review that most authors are unanimous and emphasize the contribution of the agricultural sector to economic growth and development. From the literature review and based on the analysis of the results of the questionnaire developed with the agricultural families and firms, our results show that quantitative, qualitative and descriptive studies are consistent in concluding that the supported agricultural sector is able to leverage the economy, boosting other sectors, especially the industrial sector, because they work in the same direction.

It is concluded that, given the period in which this work takes place, characterized by an international climate that resulted in a global economic crisis caused by the lowering of the oil price, diversification of the economy is a necessity, precisely for those countries that rely heavily on revenue from that commodity. To this end, the agricultural sector has proven that it can reduce the effects of both the crisis as other implications resulting from it.

Keywords: Agricultural Firms, Economic Growth and Development, Angola, Huambo Province.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	12
1. Introdução.....	12
1.1- Delimitação do tema.....	13
1.2 - O Problema.....	14
1.3 - Hipoteses ou questões norteadora	14
1.4 - Justificativa.....	14
1.5 - Objetivos	15
1.6 - Metodologia	15
1.6.1 – Instrumentos.....	15
1.6.2 – Questionários	15
1.6.3 – Procedimentos.....	15
1.6.4 – Método de análise de dados	16
1.6.5 – Análise qualitativa	16
1.6.6 – Análise quantitativa	16
1.7 - Estrutura do trabalho	16
CAPITULO II	19
2. Referencial teórico.....	19
2.1- Introdução.....	19
2.2 – Teorias clássicas do crescimento	20
2.3 – Teorias modernas do desenvolvimento e o setor agrícola	23
2.4 – Teorias do crescimento baseadas na agricultura.....	26
2.5 – Desenvolvimento vs. crescimento económico.....	31
2.6 – Indicadores de desenvolvimento em países em crescimento.....	33
2.6.1 – O Índice de Desenvolvimento Humano	35
2.6.2 –Como se calcula o IDH.....	38
2.6.3 – Posição de Angola no contexto mundial e africano em termos de IDH.....	40
2.6.4 – Posição de Angola no contexto da SADC em termos de IDH.....	40
2.6.5 – Posição de Angola no contexto dos PALOP e CPLP em termos de IDH	41

CAPÍTULO III	44
3.1 – Enquadramento do tema	44
3.2 – O Desenvolvimento da agricultura em África	44
3.3 – Situação do setor agrícola em Angola	46
3.4 – Situação atual da agricultura em África e Angola	49
3.4.1 – Situação atual da agricultura em África.....	49
3.4.2 – Situação atual da agricultura em Angola	51
3.4.3 – Situação atual da agricultura na Província do Huambo	56
CAPÍTULO IV	62
4.1 – Metodologia	62
4.2 – Determinação do tamanho da amostra para população finitas.....	65
CAPÍTULO V	68
5.1 – Análise descritiva de resultados.....	68
5.1.1 – Empresas Agrícolas Empresariais.....	68
5.1.2 – Empresas Agrícolas Familiares.....	80
5.2 – Cruzamentos dos resultados das EAE e das EAF.....	93
5.3 – Discussão dos resultados das EAE e das EAF.....	96
CONCLUSÕES	101
LIMITAÇÕES DO TRABALHO	104
BIBLIOGRAFIA	107
ANEXOS (Questionários)	111

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Qual é o produto cultivado como 1ª opção	74
Gráfico 2- Qual é o produto cultivado com mais rendimento no mercado como 1ª opção.....	74

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama de construção do IDH	38
Figura 2- Mapa de distribuição dos agregados familiares rurais transformados em EAF	53
Figura 3- Mapa de distribuição das Empresas Agrícolas pelas Províncias de Angola	54

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1-Região da SADC - índice de desenvolvimento humano no relatório de Desenvolvimento humano 2014.....	41
TABELA 2- Comunidade dos PALOP - Desenvolvimento Humano no relatório de IDH em 2014.....	42
TABELA 3- Comunidade CPLP - Desenvolvimento Humano no relatório IDH em 2014.....	41
TABELA 4- Taxa de crescimento do PIB Real (%).....	49
TABELA 5- Explorações agrícolas familiares e empresariais.....	52
TABELA 6- Média de hectares preparados por época agrícola.....	55
TABELA 7- Produção em toneladas das Empresas Familiares e Empresariais.....	56
TABELA 8- Agricultores envolvidos no período 2009-2014.....	58
TABELA 9- Superfície de terra preparada.....	59
TABELA 10- Média de produção por hectare cultivado durante as Campanhas Agrícolas.....	60
TABELA 11- População que constitui as EAE e EAF.....	63
TABELA 12- Questionário A dirigido às Empresas Agrícolas Empresariais.....	64

TABELA 13- Questionário B dirigido às Empresas Agrícolas Familiares.....	64
TABELA 14- Cálculo do tamanho amostral geral para as duas populações (EAE e EAF)	65
TABELA 15- Cálculo do incremento do tamanho amostral para garantir a significação (5%).....	66
TABELA 15.1- Quantidade de inquéritos segundo as proporções dos estratos nas populações municipais (EAE).....	67
TABELA 15.2- Quantidade de inquéritos segundo as proporções dos estratos nas populações municipais (EAF).....	67
TABELA 16- População que constitui as EAE)	68
TABELA 17- Surgimento da EAE.....	69
TABELA 18- Género	69
TABELA 19 - Fins que se pretende alcançar com a EAE.....	69
TABELA 20 - Número de membros que compõem as EAE.....	70
TABELA 21 - O destino da produção	70
TABELA 22 - Entidades que apoiam as EAE.....	71
TABELA 23 - Nível de escolaridade dos líderes da EAE	71
TABELA 24 - Facilidade de registo da EAE	72
TABELA 25 - Meios utilizados para o cultivo.....	72
TABELA 26 - Origem dos investimentos	73
TABELA 27 - Formas de manter o nível de rendimento	75
TABELA 28 - Utilização de fertilizantes	75
TABELA 29 - Aquisição de fertilizantes	76
TABELA 30 - Conhecimentos e utilização de fertilizantes orgânicos.....	76
TABELA 31 - Grau de satisfação da produção	76
TABELA 32 - Grau de satisfação geral da EAE.....	77
TABELA 33 - Superfície cultivada	77
TABELA 34 - Quantidade total de produção anual	77
TABELA 35 - Origem da água para o cultivo.....	78
TABELA 36 - Fatores naturais que condicionam a produção.....	78
TABELA 37 - Fatores artificiais que condicionam a produção	79
TABELA 38 - A influência da agricultura sobre o aparecimento de novos setores de atividade	79

TABELA 39 - Quantidade de inquéritos segundo as proporções dos estratos nas populações municipais (EAF).....	80
TABELA 40 - Nível académico do chefe da EAF.....	81
TABELA 41 - Número de filhos por família	81
TABELA 42 – Emprego das famílias.....	81
TABELA 43 - Formas de aquisição do campo agrícola.....	82
TABELA 44 - Destino da produção agrícola	82
TABELA 45 – Apoio recebido.....	83
TABELA 46 – Registo da terra no Ministério Público	83
TABELA 47 – Meios de trabalho.....	83
TABELA 48 – Investimento.....	84
TABELA 49 – Produto cultivado como 1ª opção	84
TABELA 50 – Produto cultivado como 2ª opção	85
TABELA 51 – Produto cultivado como 3ª opção	85
TABELA 52 – Posição do rendimento no mercado do produto cultivado como 1ª opção.....	86
TABELA 53 – Posição do rendimento no mercado do produto cultivado como 2ª opção.....	86
TABELA 54 – Posição do rendimento no mercado do produto cultivado como 3ª opção.....	87
TABELA 55 – Mecanismos utilizados para manter elevados os níveis de produção.....	87
TABELA 56 – Tipo de fertilizante utilizado.....	88
TABELA 57 – Locais de aquisição de fertilizantes	88
TABELA 58 – Conhecimento do uso de fertilizantes orgânicos	89
TABELA 59 – Situação do uso de fertilizantes orgânicos.....	89
TABELA 60 – Níveis de produção	89
TABELA 61 – Superfície cultivada por época.....	90
TABELA 62 – Quantidade total de produção por época.....	90
TABELA 63 – Origem da água utilizada na produção	91
TABELA 64 – Fatores naturais que condicionam a produção.....	91
TABELA 65 – Fatores naturais que condicionam a produção.....	92
TABELA 66 – Influência da agricultura no surgimento de outras atividades.....	92

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

I&D – Investigação e Desenvolvimento

EAE – Empresas Agrícolas Empresariais **EAF**

– Empresas Agrícolas Familiares **PNUD** –

Programa das Nações Unidas Para o

Desenvolvimento **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

PIB – Produto Interno Bruto **TEB**

- Taxa de Escolaridade Bruta **PPC**

- PIB Per capita

UNDP - Programa de Desenvolvimento das

Nações Unidas **HPI** - Índice de Pobreza Humana

OECD - Organização Economica Cooperação e Desenvolvimento

GDI - Índice de Desenvolvimento relacionado ao Sexo

GEM - Medida de Participação segundo Sexo

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

CADCO - Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas

DNACA - Direção Nacional de Cooperativização Agrícola e

Apoio aos Camponeses Individuais

EDA - Estações de Desenvolvimento Agrário

UNACA - União Nacional de Camponeses Agrários

UNITA - União Nacional da Independencia Total de Angola

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FMI – Fundo Monetário Internacional

MADRP- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário

PEDR - Programa de Extensão e Desenvolvimento

Rural **SPSS** – Pacote de Estatística Para Ciências Sociais

RNB –Rendimento Nacional Bruto

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Embora as teorias de crescimento e desenvolvimento encontrem grandes divergências quanto à opinião de vários autores, desde os primeiros autores como Adam Smith e David Ricardo, para alguns a teoria principal defendida é que o desenvolvimento e o bem estar de uma nação advêm do crescimento económico e da divisão do trabalho, enquanto que outros defendem a intervenção dos investimentos públicos por incidirem diretamente no crescimento, fazendo com que a produção cresça e, portanto, cresça a produção do país.

Não se pode negar igualmente a participação de forma efusiva sobre as contribuições de outros autores quanto ao assunto da abordagem sobre desenvolvimento económico desde Bresser-Pereira, David Ricardo, Schumpeter, etc., tendo alguns defendido a ideia de que o desenvolvimento económico visa atender diretamente um objetivo político implicando transformações estruturais do sistema económico que o simples crescimento per capita não garante o progresso e outros que defendem o crescimento económico entendido como resultado da introdução progressiva de novas tecnologias as quais estão associadas a elevados incrementos na produtividade do trabalho e à habilidade de produzir novos bens e serviços, ou melhorar os já existentes.

A conjuntura internacional obriga que os países encontrem soluções capazes de dar resposta a problemas que direta ou indiretamente afetam a população, como o caso das crises económicas, calamidades naturais e outros fatores naturais.

A convulsão do preço do barril de petróleo que ocorre no momento da elaboração deste trabalho provocou inúmeros constrangimentos, sobretudo para os países que o tinham como suporte fundamental como fonte de receitas. Por esta via, a população dos países em via de desenvolvimento é muito afetada, sobretudo quando acontecem crises de âmbito mundial que a sua regulação depende da intervenção de todos que participam na mesma cadeia internacional, muitos com pouca afetação tendem a criar balizas para minimizar a própria crise que em certos momentos provoca prejuízos para o resto dos países com sinais visíveis de dificuldades de foro social, cultural, ambiental etc.

Para minimizar as situações decorrentes das crises mundiais, a agricultura é tida como uma das soluções para a sua potenciação, com vista a manter as famílias em período de crise económica internacional e não só, bem como para trilhar os passos rumo a um crescimento e desenvolvimento sustentável é necessário que se

diversifiquem cada vez mais as fontes de receita, buscando-as de várias maneiras na indústria, na agricultura, nos impostos e outras fontes indispensáveis e ligadas à situação político económica.

Desde o surgimento da sociedade que a agricultura esteve sempre ligada ao homem, juntamente com a caça, porque delas sempre derivaram produtos que serviram para a manutenção da existência do homem na terra. Foi através do desenvolvimento do setor da agricultura que surgiram os passos que deram início a uma concretização de uma revolução industrial que acabou por beneficiar a própria agricultura.

Não obstante o setor da agricultura constituir uma mola impulsadora para o crescimento e conseqüentemente o desenvolvimento local, regional e nacional para a concretização deste desiderato é necessária a participação de outros setores como a indústria, o comércio, os transportes e a banca, de forma interligada para propiciar um crescimento e desenvolvimento salutar.

Por sua vez, o setor da agricultura por se considerar um dos maiores que abarca grande dimensão em termos de população laboral constitui um fator indispensável para servir de meio regulador para a diminuição da taxa de desemprego em países que lutam contra as altas taxas de desemprego, como é a maioria dos países africanos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Para dar corpo investigativo a este estudo foi definido como tema que vai orientar este trabalho de investigação **Empresas Agrícolas e Desenvolvimento Económico: Potencialidades da província do Huambo.**

A província do Huambo situa-se no centro sul de Angola, com cerca de 2 milhões e 400 mil habitantes e uma superfície de 35.771 km², com um clima tropical com bastante potencial para a realização da agricultura. A sua população é predominantemente camponesa, cultivando maioritariamente feijão, milho, batata-doce, batata-rena e hortícolas.

Para o efeito, diante das vantagens que a Província do Huambo possui estabeleceu-se o problema que pretende saber até que ponto as empresas agrícolas da Província do Huambo podem afetar no crescimento e desenvolvimento da província.

Diante do contexto da crise do preço do barril de petróleo resultante da situação geo-política-internacional, o Estado Angolano tem procurado a diversificação da economia, com fortes inclinações no domínio agrícola por ser um setor que acolhe uma grande massa populacional.

1.2 O PROBLEMA

Perante a diversificação da Economia do país, a qual veio a ser acelerada em função da crise económica mundial que de certo modo afeta os países produtores de petróleo, como é o caso de Angola, o trabalho de investigação científica que pretendemos elaborar vai oferecer-nos contribuições e mostrar-nos a realidade que se encontra nas Empresas Agrícolas Empresariais (EAE) e Empresas Agrícolas Familiares (EAF) que formam as Empresas do setor agrícola e o modo como a sua produtividade é capaz de afetar o desenvolvimento da Província do Huambo de uma maneira particular.

Desta maneira, eis a questão levantada que se pretende ver respondida ao longo deste trabalho de investigação: De que forma a potencialidade das Empresas Agrícolas Empresariais e Familiares podem afetar o crescimento e desenvolvimento da Província do Huambo?.

1.3 HIPÓTESES OU QUESTÕES NORTEADORAS

Se a produção das Empresas Agrícolas Empresariais e Familiares for suficientes para constituir o meio de rendimento das famílias e com efeito na diminuição da taxa de desemprego, gerando receitas para as empresas, podemos afirmar que as empresas agrícolas podem influenciar no crescimento e desenvolvimento da Província do Huambo.

1.4 JUSTIFICATIVA

Devido à pouca produção de informação por parte dos setores que controlam a agricultura no seu todo e em particular as Empresas Agrícolas, tanto Empresariais como Familiares, traçamos esta linha de orientação investigativa para se poder ter uma informação mais abrangente e seletiva da contribuição que este setor pode aportar para o crescimento da província do Huambo.

Por outra via, o acesso à Educação, ao Rendimento e a expectativa de vida são premissas que levam em conta o Indicador de Desenvolvimento Humano no momento de avaliar os países quanto ao nível de desenvolvimento onde o setor agrícola é capaz de influenciar o rendimento das famílias e consequentemente traduzir-se numa melhoria das condições de vidas daquelas.

1.5 OBJETIVOS

- Objetivo geral

Avaliar as potencialidades das Empresas Agrícolas Empresariais no desenvolvimento da província do Huambo;

- Objetivos específicos

Caracterização das teorias de desenvolvimento e crescimento;

Caracterização do contexto africano e nacional no âmbito da agricultura;

Realização de um estudo descritivo sobre os dados recolhidos;

Recolha de informação sobre o assunto em análise nas áreas afins ao setor da Agricultura;

1.6 METODOLOGIA

Identificação dos participantes e tipo de amostragem.

Para esse trabalho de investigação serão selecionados os membros dos líderes das EAE, que serão os inquiridos por existirem numa EAE entre 50 e 500 membros ou mais e, no caso das EAF, que são compostas por famílias, serão os chefes das mesmas que maioritariamente são chefiadas pelos homens, que terão que responder ao nosso questionário.

Quanto aos tipos de amostragem, foram utilizadas as duas formas, amostragem aleatória simples e amostragem não aleatória, uma para cada caso.

1.6.1 Instrumentos

Para este trabalho os instrumentos que serão utilizados são os questionários, nas entrevistas, e o programa estatístico SSPS versão 20, para fazer o tratamento e validação estatística.

1.6.2 Questionários

Foram utilizados dois Formulários para cada empresa (EAE e EAF).

1.6.3 Procedimentos

O trabalho em referência baseou-se nos dados dos relatórios do Ministério e da Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e nos seus órgãos de execução ambos afetos ao Governo Central e Local, que fazem a gestão das EAE e

EAF. Esta pesquisa de informação serviu de ponto de partida para se conhecer o número de Empresas Agrícolas existentes nos onze Municípios da Província do Huambo.

1.6.4 Método de análise de dados

Os dados serão analisados dentro dos dois paradigmas, isto é, método de análise qualitativo e quantitativo de forma mista.

1.6.5 Análise qualitativa

Descrição do tipo de métodos:

- Entrevistas não/semiestruturadas
- Observações naturalistas
- Análises documentais

Descrição do tipo de dados:

- Relatos verbais,
- Registos escritos,
- Dados visuais

1.6.6 Análise quantitativa:

- Estatística descritiva
- Estatística inferencial

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho em referência é composto por uma introdução onde é realizada uma abordagem síntese da antevisão do problema em questão sobre “Empresas Agrícolas: potencialidade da Província do Huambo”. Posteriormente, nesse mesmo capítulo, faz-se um resumo da forma como decorre o trabalho de investigação, desde a questão a ser respondida até à estrutura da apresentação do trabalho em estudo.

A seguir apresenta-se o Capítulo II relativo ao referencial teórico, o qual está dividido em sub-capítulos, onde igualmente se faz uma análise das abordagens de um leque de vários autores que se debruçaram sobre as teorias de crescimento e desenvolvimento, terminando numa síntese da posição ocupada pela República de Angola nos mais variados contextos do Índice de Desenvolvimento Humano.

O capítulo III refere-se ao enquadramento do tema, onde se aborda desde o desenvolvimento da África em termos agrícolas, procurando alguns países que têm

avançado bastante e que utilizam a agricultura como alternativa às receitas das matérias-primas de base, bem como algum enfoque sobre a situação da agricultura em Angola. Neste capítulo procuram-se dados dos resultados das campanhas agrícolas de 2009-2014, terminando o capítulo com a realidade local no diz respeito à situação da agricultura na Província do Huambo, apresentando dados das campanhas agrícolas de 2009-2014.

O capítulo IV compreende a metodologia do trabalho de investigação. Neste capítulo são realçados os dois tipos de amostragem probabilística e não probabilística que deram azo ao trabalho científico. Neste capítulo também é considerada a definição do tamanho amostral das populações que serviram de objeto de estudo para a determinação dos resultados que se referem o capítulo a seguir.

No capítulo V são apresentados os resultados das EAE e EAF, onde se destaca a realidade constatada no trabalho de campo com o preenchimento dos questionários e a análise estatística. Neste capítulo junta-se o cruzamento de algumas variáveis comuns a ambas as Empresas (EAE e EAF), sendo que a produção nas EAE é orientada para o mercado pelo fato de algumas EAE obterem um excedente que garante a comercialização na finalidade do reforço às campanhas agrícolas seguintes, ao passo que para as EAF a maioria tem o autoconsumo como orientação da linha de produção, por não possuírem na sua maioria meios mecanizados e recorrerem à tração animal para o auxílio do cultivo.

A dissertação culmina com a discussão dos resultados, onde se analisa a sustentabilidade da questão colocada como base de estudo deste trabalho científico, nomeadamente se as empresas agrícolas possuem potencialidades para o desenvolvimento da Província do Huambo, uma vez que se as EAF produzem para o seu auto sustento significa que são capazes de gerar empregos, embora de forma irregular, o que, mesmo assim, é determinante na hora da medição do poder de compra e na melhoria das condições de saúde. Para além disso, são auto sustentáveis devido ao excedente que comercializam para a melhoria da produção e, conseqüentemente, as condições que direta ou indiretamente são premissas que o IDH tem em conta no momento da atribuição das posições dos países como Angola e outros.

A dissertação possui ainda uma secção final onde vêm espelhadas as conclusões do trabalho e no qual se constata que, tal como se esperava, o papel fundamental que desempenham as empresas agrícolas. Comprova-se que as EAF vivem do campo, porque apenas obtém o seu sustento no campo e são autossustentáveis. Do outro lado, as

EAE, para além de serem autossustentáveis também geram excedentes através dos quais parte da produção é direcionada ao mercado com a finalidade de reforço das próximas campanhas agrícolas. Tal é um aspeto positivo quando se faz uma analogia com os indicadores utilizados pelo IDH.

Finalmente, ainda em relação à estrutura do trabalho, terminamos com a apresentação de algumas limitações, onde se espelham as incapacidades que o presente trabalho de investigação possui, encorajando outros investigadores para prosseguir e sabendo que todo o trabalho de investigação nunca é um fim mas é sempre um início de outra investigação.

CAPITULO II:

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO

O contributo do setor da agricultura para o desenvolvimento dos países tem sofrido alterações no tempo e no espaço.

A modernização da agricultura por via da industrialização, contando desde as máquinas, a investigação genética, transformação e alteração de padrões de consumo, bem como o sistema de comércio dos produtos agrícolas, fez com que o setor agrícola se alterasse estruturalmente.

A diminuição na população empregada neste setor fez-se sentir muito rapidamente com o aparecimento da revolução industrial. O efeito provocado pelo setor agrícola que culminou com o surgimento da revolução industrial, que por sua vez veio beneficiar o mesmo setor, provocou a criação de um maior excedente em termos de produtividade e, conseqüentemente, influenciou o comércio internacional.

As alterações dos meios tecnológicos e dos sistemas de produção, acompanhados das modificações urbanísticas devido à fixação das indústrias, o surgimento de novos setores económicos com grande influência na sociedade e o aumento da circulação de bens e serviços produzidos, tiveram um grande efeito nas alterações das sociedades rurais. A construção de vias de acesso e de comunicação, a expansão dos serviços de educação e saúde, as novas formas de comunicação (televisão e rádio) constituíram de forma global um mecanismo para as mudanças rurais.

Tendo como base os argumentos de Castro (1960), citado por Garcia (1990), que no seu trabalho sobre o crescimento da agricultura Brasileira, destaca o trabalho de Johnston e Meller (1961). Neste trabalho as pesquisas incidiram em confirmar se a agricultura brasileira cumpria as suas atribuições no processo de desenvolvimento económico que se resume em geração de mão de obra, criação de mercado e transferência de capitais, contrapondo a teoria dos outros autores que viam a agricultura como um entrave ao processo de desenvolvimento económico. Para o mesmo autor, e relativamente à produção de matérias primas, relembra que o setor da indústria sempre beneficiou da produção simples de manufaturas elaboradas de produtos de origem agrícola (Antônio, 1990). Com o crescimento da agricultura, as atividades vão-se tornando cada vez mais complexas, originando um circuito empresa-família-mercado num processo que gera um efeito multiplicador no mercado interno numa primeira fase e posteriormente no mercado internacional.

Essa função da agricultura no processo de desenvolvimento demonstra a existência de uma falsa dicotomia entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial. Observa-se, pelo contrário, que existe uma interdependência muito forte entre os dois setores, que se vão diversificando. A interdependência indica que a indústria não se efetua de modo independente da agricultura (Mabjaia, 2008, p. 16).

Ao realizarmos uma análise da agricultura durante a revisão da bibliografia consultada, pode-se constatar que, na maioria dos países, as áreas urbanas são menores que as áreas agrícolas e que o desenvolvimento nos países ricos deve-se na maior parte dos casos à indústria e aos serviços, o que acaba por levar muitos autores a concluir que a industrialização é a causa do desenvolvimento.

A agricultura requer menos capital e, por sua vez, proporciona emprego produtivo e mão de obra assim como excedentes. Somos defensores que, face ao facto do setor agrícola ser um setor impulsionador do desenvolvimento económico das nações, são importantes os estudos sobre as implicações do mesmo no desenvolvimento económico.

2.2. TEORIAS CLÁSSICAS DO CRESCIMENTO

Desde os economistas clássicos do século XVIII que inúmeros autores abordaram teorias sobre crescimento e desenvolvimento económico. Dessa abordagem, pode-se observar que existe polémica entre os economistas clássicos com relação a estas categorias. A seguir expõem-se postulados a partir de alguns dos economistas clássicos sobre as teorias do crescimento.

Adam Smith, designado como o pai do liberalismo económico, foi um importante filósofo e economista do século XVIII. Em 1776 publicou a sua mais importante obra, *An Inquiry In to the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (“A Riqueza das Nações”). Com a possível exceção de “*Origin of Species*” de Charles Darwin, “A Riqueza das Nações” foi, até hoje, o livro científico que maior êxito conheceu. Graças a ele, Adam Smith tornou-se a partir de 1790, e durante muito tempo, o mestre incontestado de todos os professores de economia e a sua obra foi o canal pelo qual as ideias do século XVIII acerca da natureza humana chegaram aos economistas. Naquela obra, a teoria principal defendida por Adam Smith é que o desenvolvimento e o bem estar de uma nação advêm do crescimento económico e da divisão do trabalho. Esta última garante a redução dos custos de produção e a queda dos preços das mercadorias. Defende também a livre concorrência económica e a acumulação de

capital como fonte para o desenvolvimento económico, considerando que a terra desempenha um papel fundamental no crescimento económico (Avelãs, 1994, pp.172-175).

De acordo com Viner (1926), citado por Carraro (s.d), a principal contribuição de Smith continua a ser ter mostrado que as forças subjacentes da economia levavam a um resultado harmonioso em termos económicos e sociais, o que possibilitou, pela primeira vez, a existência de uma síntese consistente das relações económicas. Contudo, salientou que tal ordem requeria para o seu funcionamento um sistema na qual houvesse necessariamente liberdade e a não intervenção governamental por meio de regulamentações públicas e monopólios privados sancionados e protegidos pelo Estado. Para Smith, o crescimento económico é também sinónimo de desenvolvimento económico.

Outro dos economistas importantes da teoria de crescimento foi Malthus, economista clássico conhecido pelas questões ligadas ao crescimento populacional, que apresenta as suas ideias na obra “Ensaio sobre o Princípio da População”. O seu princípio da população enformou toda a teoria clássica da repartição do rendimento e do desenvolvimento económico. Como Smith, também salientou o papel que a terra tem para o crescimento económico (Avelãs, 1994, b, p.279). De acordo com a sua teoria, Malthus apoia uma intervenção do Estado, que é admitida inclusive para estimular a procura e aumentar o rendimento. Outra intervenção do Estado admitida por Malthus é totalmente oposta à posição que David Ricardo e Adam Smith tinham, e é a de que um país não pode depender somente das importações para sustentar a indústria do seu país ou do seu povo, pois ficaria vulnerável à má administração dos produtos por parte do país de origem, às mudanças desfavoráveis nos termos de negociação, a uma mudança da produção no país de destino (por exemplo, caso deixasse de produzir produtos agrícolas e passasse a produzir manufaturas). Malthus também procura as causas favoráveis para o crescimento da produção. Segundo ele, estas seriam: acumulação do capital, fertilidade do solo e invenções para economizar trabalho.

Segundo Malthus, o equilíbrio dinâmico numa economia em crescimento requer determinadas proporções que equilibrem a oferta e a procura. Assume como valores necessários para que haja um desenvolvimento, principalmente aqueles ligados ao controlo da população, concluindo que um fator importante para o desenvolvimento da sociedade está intimamente relacionado com um aumento da produção e do rendimento nacional. Ou seja, os fatores seriam essencialmente económicos. Entretanto, a

população tem um papel importante para que haja um crescimento do rendimento, pois as condições são um equilíbrio entre a oferta e a procura. Logo, um segundo fator importante para o desenvolvimento seria a população manter-se em um nível em que a produção sempre cresça numa maior proporção. Há claramente uma noção de necessidade de incremento do PIB *per capita*.

Malthus procura demonstrar que a riqueza das nações pode aumentar sem que dela beneficiem os indivíduos, bastando para tanto que a população aumente em maior medida do que a quantidade de bens disponíveis (Avelãs, 1994, p.281).

Estes dois economistas, Smith e Malthus, a par dos fisiocratas, realçam o papel fundamental que desempenhava a terra no crescimento económico.

Por sua parte, David Ricardo foi um economista inglês, fundador da ciência económica e autor da teoria do valor trabalho. Considerado o mais importante teórico da Escola Clássica Inglesa (“o economista mais distinto do nosso século” como chamou Marx), que começou a interessar-se pelo estudo da Economia Política após a leitura da “Riqueza das Nações”, em 1792 (Avelãs, 1994, p.295).

O raciocínio de David Ricardo para explicar o crescimento foi que o investimento faz com que a produção cresça, fazendo crescer, portanto, a produção do país. Segundo Ricardo, o investimento depende, por sua vez, da taxa de lucro dos capitalistas, ou seja, quanto maior a taxa de lucro maior será a taxa de reinvestimento. O lucro depende, substancialmente, do preço dos salários, logo, salários que estejam com o seu valor de mercado acima do seu valor natural farão com que os lucros caiam, fazendo com que diminua também o investimento. O valor natural dos salários seria aquele necessário para manter um trabalhador em condições mínimas, sendo a componente mais importante os alimentos.

O crescimento a longo prazo estava condenado por Ricardo. A sua “Lei dos Rendimentos Decrescentes” colocava como certa uma estagnação do investimento e, por conseguinte, do crescimento, pois quando fossem explorar terras de qualidade inferior, o acréscimo de rendimento que fosse pago para a utilização desta faria com que os lucros dos capitalistas diminuíssem.

Ricardo introduziu uma definição inovadora sobre os salários. Os salários “naturais” seriam definidos muito mais em termos sociais do que por termos fisiológicos, ou seja, os hábitos de consumo e gostos, assim como os confortos e divertimentos eram fundamentalmente mais importantes na definição do valor “natural” do salário, do que as próprias necessidades fisiológicas (comida e bebida em resumo).

Para este autor, o crescimento da população estava intimamente ligado ao desenvolvimento da nação, pois os preços de mercado dos salários estariam abaixo dos preços naturais sempre que a população excedesse a capacidade da indústria de absorver a mão de obra, o que resultaria numa queda da qualidade de vida para os trabalhadores e num aumento dos lucros para os capitalistas.

2.3. TEORIAS MODERNAS DO DESENVOLVIMENTO E O SETOR AGRÍCOLA

As Teorias do Desenvolvimento fomentaram visões diferenciadas do processo de acumulação capitalista, estimuladas pela permanência das desigualdades internacionais e inter-regionais de rendimento. No decorrer dos anos cinquenta do século passado, a corrente dualista centrava a sua análise no atraso relativo da agricultura e nas dificuldades que teria o seu subsetor produtor de mercado interno em incorporar as modernas técnicas de produção (Garcia, 1990). Lewis (1954) semeou e consolidou a visão clássica de economia dualista, que evoluiu para o modelo de migração rural-urbana de Harris e Todaro (1970), com extensões para o estudo do desemprego urbano. Ou seja, para Lewis, a acumulação de capital, geradora do progresso económico, depende do nível de poupança realizado pelos capitalistas. Por outro lado, numa economia subdesenvolvida, com oferta ilimitada de trabalhadores não qualificados, a produtividade marginal da força de trabalho é ínfima ou nula e, nessas circunstâncias, o preço do trabalho corresponde ao nível de subsistência (Garcia, 1990 e Nojima, 2008).

De acordo com Nojima (2008), o cenário elaborado por Lewis vem do reconhecimento de que em certas partes do planeta, altamente populosas, como Ásia e África, há excesso de mão de obra. Por conta desse excesso, a maior parte dela dedica-se a atividades de baixíssima produtividade, constituindo, por isso, um setor convencionado pelo autor como sendo de subsistência. Já uma pequena parcela emprega-se em atividades com padrões superiores de produtividade e tecnologia (incluindo-se aí a agricultura de relevante porte empresarial conduzida pelo Estado), típicas do setor capitalista.

A baixa produtividade no setor de subsistência decorre do número excessivo de unidades de trabalho em atividades como a agricultura e, ainda, faz com que as remunerações aí percebidas se estabeleçam em níveis apenas suficientes à sobrevivência.

Autores como Ranis e Fei (1961, p.533-65), de certa forma complementam o trabalho de Lewis, ao proporem alternativas no sentido de contrariar a tendência à estagnação económica. Tal como Lewis, acreditam que à medida que o excedente de mão de obra que recebe salários de subsistência se vai esgotando e a produtividade marginal do trabalho se torna positiva, há uma compressão dos lucros no setor urbano-industrial, seja pelo aumento do preço da força de trabalho, seja pela modificação da relação de troca, a qual passaria a ser prejudicial ao setor não agrícola, devido ao crescimento dos preços relativos das matérias-primas e dos produtos alimentares (Garcia, 1990, p. 201).

Nos anos 50 do século vinte, a teoria de crescimento económico ganhou dimensão com os trabalhos de Solow (1956) e Swan (1956), que se valeram de ingredientes fornecidos por economistas clássicos, tais como Adam Smith (1776), David Ricardo (1817), Thomas Malthus (1798) e economistas não tão clássicos, como Ramsey (1928), Young (1928), Knight (1944) e Schumpeter (1934), para construir os seus modelos de interpretação das determinantes do crescimento económico de longo prazo das nações (De Souza Vieira, 2009).

Segundo De Souza Vieira (2009), o modelo “Solow-Swan”, apresenta como fundamento chave a forma neoclássica da função de produção, que assume rendimentos constantes à escala e rendimentos decrescentes para cada fator de produção, o trabalho e o capital. No modelo, a economia possui apenas um setor que é fechado, cujo produto é um bem homogéneo, ou consumido, ou investido, com a taxa de investimento igual a uma taxa de poupança dada exogenamente. O crescimento da população assim, como o crescimento da força de trabalho também são exogenamente determinados e, por simplicidade, constantes.

No modelo, o autor assume que o processo de acumulação de capital – ou seja, o nível de investimento – assume um papel fundamental na determinação do nível de rendimento do país. O nível de investimento exigido é aquele que mantém a relação capital-trabalho constante. Nesse caso, o investimento em bens de capital precisa suplantiar a quantidade necessária para cobrir a sua depreciação e a entrada de novos trabalhadores, e esse nível de investimento conduz a sociedade ao crescimento de estado estacionário, ou seja, ao *steady state*. No ponto de *steady state*, o stock de capital *per capita* fornece o produto que gera poupança e investimento suficientes para que o stock de capital, o consumo e o produto cresçam à mesma taxa que a população e a oferta de trabalho. Na ausência de progresso técnico, os valores *per capita* são constantes. O

crescimento no estado estacionário refere-se, portanto, ao crescimento equilibrado de forma que não induza a variações nos preços relativos. Em outras palavras, a variação da razão capital/trabalho no modelo conduz a uma variação na produtividade marginal do capital e do trabalho que não proporciona uma alteração nos preços relativos da economia.

De acordo com De Souza Vieira (2009, pp. 18-19), nos anos oitenta do século passado, a teoria de crescimento económico voltou a experimentar um novo “boom”, principalmente, a partir dos trabalhos de Romer (1986), que trabalhou com elementos fornecidos essencialmente por Arrow (1962) e Sheshinski (1967), a fim de introduzir o progresso tecnológico na estrutura competitiva dos modelos neoclássicos (Barro e Sala-i-Martin, 1995). No seu trabalho, o autor distingue os retornos privados do investimento dos seus retornos sociais, sendo que os retornos privados podem ser decrescentes, mas os retornos sociais – que refletem *spillovers* de conhecimento ou outras externalidades – podem ser constantes ou crescentes (Barro, 1990). Por sua vez, o modelo de crescimento de Lucas (1988) enfatizou os efeitos da qualificação do indivíduo sobre a produtividade, o que compensa o declínio da produtividade marginal do capital. Tais trabalhos reacenderam o interesse pela teoria de crescimento com a incorporação das teorias de I&D e concorrência imperfeita na estrutura sugerida por Solow-Swan (1956) e Cass-Koopmans (1965). Nessa linha, De Souza Vieira (2009, p. 19) refere que uma diferença crucial dos novos modelos em relação aos modelos neoclássicos foi a incorporação do determinante da taxa de crescimento de longo prazo no modelo, o que originou a denominação de “modelos de crescimento endógeno”. Por sua parte Barro (1990), citado por De Souza Vieira (2009), refere que os modelos recentes de crescimento económico geram crescimento de longo prazo sem a dependência de variáveis exógenas importantes, como a tecnologia e a população. Além disso, nos modelos de crescimento endógeno, os retornos do investimento não são necessariamente decrescentes. Segundo De Souza Vieira (2009), nos modelos de crescimento endógeno, a taxa de progresso tecnológico é afetada por investimentos em I&D, e estes são recompensados por alguma forma de poder de monopólio *ex post*.

Um dos modelos que fornece uma abordagem diferente ao tema do crescimento económico é o modelo construído por Barro (1990) que incorpora os gastos do governo financiados por impostos na função de produção da economia (De Souza Vieira, 2009).

Da mesma maneira, ao longo do tempo foram-se criando diferentes modelos que proporcionavam diferentes abordagens ao crescimento económico, estreitando ligações

entre os fatores que determinam o crescimento de um país com aqueles que o fazem em relação ao crescimento de regiões de um mesmo país, como é o caso dos modelos elaborados por Barro (1991) e Lee et al. (1997). Tais trabalhos desconsideram um elemento-chave para a construção de modelos que envolvem estados e/ou municípios, a influência da aglomeração de pessoas e empresas na geração de externalidades geográficas, posto que tal influi, de forma direta, sobre os retornos marginais dos fatores de produção de uma determinada localidade.

É fácil observar que as teorias abordadas têm certa validade numa determinada época e lugar, deixando muito a desejar como explicações de desenvolvimento económico. Efetivamente, é notável que as pesquisas recentes sobre crescimento económico dão mais ênfase às implicações empíricas do que aos modelos desenvolvidos nos anos cinquenta e sessenta do século passado.

2.4 TEORIAS DO CRESCIMENTO BASEADAS NA AGRICULTURA

Os fisiocratas bem como os clássicos, com principal realce à teoria de David Ricardo, direcionaram os seus modelos teóricos virados para o setor agrícola, destacando-o como motor, ora como obstáculo ao desenvolvimento económico. Para “François Quesnay fundador da Escola Fisiocrática, a riqueza das nações dependeria da agricultura, o principal setor produtivo da economia, visava justificar que a terra era só que tinha a capacidade de multiplicar alimentos” (Mabjaia, 2008, pp. 10,12 e 13)

De acordo com Corazza e Martinelli Jr (2002), citado por Mabjaia (2008), para Ricardo, como os demais autores clássicos, a taxa de lucro é a variável chave que explica todo o comportamento da economia. David Ricardo formulou o seu modelo com base no comportamento dos lucros na agricultura porque só na agricultura a mesma mercadoria pode ser vista como insumo e como produto, facilitando o cálculo do lucro, ou seja, a análise dos lucros podia ser feita em termos puramente quantitativos, sem referência a preços.

É comum reconhecer o papel fundamental do crescimento da agricultura para o bem estar dos povos e é uma fonte a ter em conta para o crescimento económico. Segundo Benedito Cunguara (2011), “para o pobre, que geralmente gasta uma elevada proporção do seu rendimento na compra de alimentos, o crescimento agrícola possui o benefício direto da redução da inflação dos produtos básicos. Os agregados familiares com maior rendimento agrícola tendem a alocar uma proporção relativamente maior do

seu rendimento na compra de bens não agrícolas, o que estimula o crescimento de outros setores da economia”.

Para Thurlow (2008), citado por Benedito Cunguara (2011), “o crescimento agrícola beneficia os pobres tanto rurais, como urbanos, proporcionando-lhes mais alimentos e matéria-prima a preços baixos e reduzindo a pobreza através do crescimento na produtividade laboral e nas oportunidades de emprego nas zonas rurais”.

O crescimento agrícola tornou-se uma mola impulsadora para revoluções industriais que se verificaram em países como Inglaterra, Japão, China, Índia e Vietname acredita-se que, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 do Banco Mundial, que a produtividade agrícola fez gerar superávites que impulsionaram o desenvolvimento industrial. É preciso reconhecer que a África Subsaariana apresentava taxas de crescimento no setor agrícola muito baixas. Segundo o mesmo Relatório, na década de setenta e oitenta do século vinte, as cifras eram negativas mas, nos últimos anos a imagem que apresenta é outra, tornando-se inegável afirmar que a estagnação da agricultura na África Subsaariana chegou ao seu término, reforçando a ideia de considerar a agricultura como fator de crescimento mais rápido no combate a pobreza.

Por conseguinte Gasques (2001), citado pela (Associação Comercial de São Paulo-Brasil, Nov-Dez de 2006, pp. 26-27) “aponta duas consequências de entre várias, mas importantes decorrentes da redução nos gastos com políticas agrícolas. O primeiro refere-se à natureza pública dos gastos, incluindo áreas de pesquisa agropecuária, defesa animal e vegetal, e comercialização da produção. O impacto negativo da febre aftosa sobre as exportações do agronegócio é um exemplo dos efeitos da falta de maiores investimentos em vigilância sanitária (Lima et al., 2005). O segundo aspeto envolve os investimentos privados, que costumam acompanhar os gastos públicos; ou seja, a redução dos gastos com políticas públicas na agricultura ocasionaria uma queda nos investimentos do setor privado”. Para Cunguara (2011), enfatiza que “o aumento da produção agrícola (e não agrícola) está condicionado aos níveis de educação da população (capital humano), acesso aos serviços públicos (capital social) e infraestruturas (capital físico). Os diversos tipos de capital são influenciados por políticas macroeconómicas, governação, capacidade institucional, estrutura de despesas públicas, investimentos do setor privado, de entre outros fatores.”

Por ser o maior setor nos países em desenvolvimento, a agricultura tem um papel importante em prover recursos para o desenvolvimento global da economia. Os países

bem sucedidos investiram em agricultura para estimular o crescimento e taxaram parte do superávit gerado para financiar o desenvolvimento industrial. Porém, a forte exploração da agricultura antes de importantes investimentos no seu desenvolvimento pode ser fatal, como muitas vezes tem sido o caso na África. (Banco Mundial, 2008, p. 1 e 2).

É oportuno lembrar que investir nas infraestruturas, tecnologia e no capital humano, de modo geral nos bens e serviços do cidadão e ao mesmo tempo melhorar as políticas que orientam o setor agrário, é sem dúvidas o meio para o crescimento da produtividade agrícola. Por outro lado, Gerry (2002), enfatiza o contributo progressivo e inevitável perda de importância da agricultura, como principal fonte de emprego em comunidades sobretudo rurais, mesmo assim o setor da agricultura continua a ser, na maior parte dos países, o setor socialmente mais relevante.

A agricultura tem um papel a ter em conta no processo de desenvolvimento económico, concretamente na dinamização da indústria, no comércio e os serviços, através de importantes efeitos que mantém com o resto da economia. A conectividade que se mantém entre a indústria e agricultura entre vários os pontos podemos destacar o desenvolvimento urbano-industrial que influencia o desenvolvimento agrícola por sua vez, através da procura de mão de obra, matérias primas e alimentos proveniente do setor agrícola (Lucena, 2000).

No âmbito da importância que a agricultura exerce sobre o desenvolvimento económico, Johnston & Mellor (1961) citado por Lucena (2000), descrevem cinco funções:

- a) Disponibilizar mão de obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos, a para não deprimir a taxa de lucro e assegurar a acumulação contínua;
- b) Fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, à medida em que a procura cresce com o desenvolvimento e com a intensificação do processo de urbanização;
- c) Gerar divisas estrangeiras, por meio da exportação de produtos agrícolas, para financiar o desenvolvimento, adquirir importações e amortizar a dívida externa;
- d) Transferir poupanças para investimentos na indústria e para a implantação de infraestruturas económicas e sociais básicas;

- e) Constituir mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos;

Para além das funções em que a agricultura intervém no processo de desenvolvimento económico citadas anteriormente por Johnston & Mellor (1961), Timmer (1992) por sua vez, igualmente citado por Lucena (2000), destaca cinco funções por ele consideradas adicionais e complementares da agricultura no desenvolvimento, que são as seguintes:

- a) A agricultura influi positivamente nas decisões de investimento dos setores não agrícolas através da estabilidade dos preços dos alimentos que ela proporciona;
- b) Aumenta a produtividade do capital e do trabalho do resto da economia e, assim, a taxa de crescimento global ao gerar excedentes exportáveis e ao reduzir a inflação;
- c) Contribui, com efeitos de aprendizagem do governo gerador da economia externa;
- d) Contribui para reduzir a pobreza no meio rural ao gerar novos empregos e elevar a produtividade da terra e do trabalho e ao expandir a oferta de alimentos;
- e) A agricultura bem planificada ajuda a proteger o meio ambiente, aumenta o espaço verde e auxilia na redução de concentração de CO₂ na atmosfera (efeito estufa).

Os países com níveis baixos de desenvolvimento apresentam muita dependência na agricultura no que diz respeito ao emprego, enquanto que os países desenvolvidos apresentam altos índices de emprego para além da agricultura. O aumento da produção de alimentos provoca geração de novas oportunidades de trabalho e rendimento para os agricultores, bem como implicações positivas na promoção da reconversão do êxodo rural e dos agricultores.

A defesa dos interesses dos agricultores através de políticas, por parte das instituições criadas para o efeito, principalmente os excluídos dos grandes mercados, é uma das saídas para a busca de alternativas e oportunidades de trabalho no campo.

As mudanças de atitudes nos países desenvolvidos bem como nos países que caminham para esta direção, a necessidade do padrão tecnológico de modernização agrícola, por razões meramente ecológicas e não só, são fundamentais, por terem implicações na mudança da ordem social desejável para os estados.

Em sociedades com baixo nível de acumulação de capital e larga parcela da população com pouca qualificação (vivendo principalmente no campo), o critério da

desejabilidade social do conceito de desenvolvimento sustentável exige alternativas tecnológicas intensivas em mão de obra. Nessas condições, a difusão de tecnologias agrícolas intensivas em capital certamente provocaria um agravamento dos desequilíbrios sociais (Romeiro, 1996). Embora sendo uma atitude positiva é importante que a introdução do referido processo seja feita de forma gradual, respeitando os valores individuais de cada povo, as diferenças económicas que podem ser apresentadas devem ter em conta cada região, podendo-se verificar que o que é vantajoso para uns para outros pode ser visto de uma forma desvantajosa.

A intervenção da agricultura no crescimento e desenvolvimento dos países foi colocada em dúvida, persistindo a ideia de que quanto mais desenvolvido fosse um país menor seria a importância a dar a este setor. Para Schultz (1964), citado por (Costa, 2006), os países pobres que pretendam crescer podem potencializar o crescimento económico por meio da agricultura desde que invistam e modernizem novas técnicas conforme a dos países desenvolvidos, negando a ideia de outros economistas, sobre o fracasso da produtividade agrícola nos países pobres ser resultado de fatores de ordem cultural. Para aquele mesmo autor, o seu raciocínio era de que o infortúnio se devia à baixa produtividade marginal dos fatores produtivos, sobretudo os fatores tradicionais terra e trabalho, o que desestimula o reinvestimento na produção por parte dos agricultores. Deve-se a Schultz (1964) o mérito de ter direcionado as suas análises e considerar a agricultura como fonte de crescimento económico por determinar quão baixo podem ser os custos e quanto crescimento pode se alcançado, ao passar-se da agricultura tradicional, por meio de investimento para uma agricultura mais moderna e mais produtiva. Realce-se o mérito de destacar a agricultura como fonte de crescimento económico, ao contrário de outros autores que restringiam os seus estudos fundamentalmente ao sector industrial, e de ter abrangido e apreciado a sua análise aos países em desenvolvimento.

Na mesma linha de pensamento de Schultz, o Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2013 reforça a ideia de que os investimentos no setor agrícola podem ter efeitos positivos, sabendo-se que o aumento da produção das culturas gera enormes benefícios para os agricultores e não só, desde o aumento das condições de vida dos mesmos, até as novas oportunidades de desenvolvimento económico. Igualmente, pode resultar na diminuição do preços dos alimentos e na redução da quota parte da alimentação nos gastos das famílias, abrindo assim caminho para o surgimento do mercado para outros setores da economia.

O mesmo Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2013, afirma:

“a investigação agrícola é um bem público, e tende a ser pouco disponibilizada pelo setor privado. Por conseguinte, os governos podem dar contributos úteis neste domínio. Estudos recentes sobre vários países africanos, asiáticos e latino americanos mostram que o aumento da despesa pública na agricultura contribui de forma particularmente positiva para promover o crescimento. A discriminação das despesas agrícolas em despesas de investigação e despesas não associadas à investigação mostra que os gastos com a investigação são particularmente eficazes. A disponibilização de outros bens públicos, tais como serviços de extensão agrícola e sistemas de irrigação, são igualmente benéficos.”.

Para Pinhel (2011), afirma que nos dias de hoje, a agricultura destaca-se na agenda internacional para o desenvolvimento. Sobretudo no decorrente da crise alimentar e energética, o seu papel tem sido predominantemente reconhecido no alívio da pobreza, bem como no crescimento económico e em atingir os objetivos preconizados no Milénio.

2.5. DESENVOLVIMENTO VS. CRESCIMENTO ECONÓMICO

De acordo com Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento económico precisa ser estudado empiricamente como fizeram os grandes economistas clássicos, e não hipotético-dedutivamente, como fizeram alguns economistas neoclássicos. O desenvolvimento económico visa atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades procuram – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente. Por isso, é importante não confundir com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos.

Schumpeter (1911), citado por Bresser-Pereira (2008), foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento económico implica transformações estruturais do sistema económico que o simples crescimento do rendimento per capita não assegura. Schumpeter usou essa distinção para salientar a ausência de lucro económico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e

para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento económico.

Na mesma linha, Bresser-Pereira (2008) afirma que o desenvolvimento económico de um país ou estado-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. Segundo o autor, a medida mais geral de desenvolvimento económico é a do aumento do rendimento por habitante porque aquela mede aproximadamente o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento económico são geralmente medidos pelo rendimento em termos de PPP (*purchasing power parity* ou paridades de poder de compra) por habitante porque o rendimento ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que o rendimento nominal.

A descrição acima sobre o crescimento e desenvolvimento económico pode soar bastante abstrata, mas pensamos que essa abordagem é teoricamente consistente para realizar a abordagem sobre crescimento e desenvolvimento económico.

O conceito moderno do crescimento económico começou com a crítica do Mercantilismo, especialmente pelos fisiocratas e com os pensadores do Iluminismo escoceses como David Hume e Adam Smith, e a fundação da disciplina da economia política moderna. A teoria dos fisiocratas baseou-se na capacidade produtiva, levando em conta o crescimento e a melhoria e o aumento de capital para permitir que a capacidade fosse "a prosperidade das nações". Ao passo que realçou a importância da agricultura e viu a indústria urbana como "estéril", Smith estendeu a noção que a manufatura era central à economia inteira (Coutinho, 2009).

Segundo Nelson (2002), citado por Filippi, Siman e Conceição (2006), na perspectiva da teoria evolucionária, o crescimento económico deve ser entendido como resultado da introdução progressiva de novas tecnologias, as quais estão associadas a elevados incrementos na produtividade do trabalho e à habilidade de produzir novos bens e serviços, ou melhorar os já existentes. Deste ponto de vista, as tecnologias físicas e sociais predominantes limitam as escolhas de como produzir os bens. Essa interdependência sugere que tecnologias sociais e tecnologias físicas coevoluem. E “esse processo coevolucionário é a força que dirige o crescimento económico” (Nelson, 2002, p. 27).

Segundo Bresser-Pereira (2008), o crescimento económico depende da educação, do desenvolvimento tecnológico e da acumulação de capital em máquinas e processos mais produtivos. Entretanto, na medida em que a oferta não cria automaticamente a procura, o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis depende, do lado da procura, de um diferencial satisfatório para os empresários entre a taxa de lucro esperada e a taxa de juro que, por sua vez, depende principalmente de uma taxa de juro moderada e de uma taxa de câmbio competitiva que criem oportunidades de investimento.

Bresser-Pereira (2008) define crescimento económico como simples aumento do rendimento per capita. Os dois termos confundem-se, porque há casos em que a produção média por habitante aumenta mas, mesmo no longo prazo, não há aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade.

As análises sobre crescimento económico têm demonstrado que ao aumentar a riqueza total de uma nação, existem grandes possibilidades de reduzir a pobreza e resolver problemas sociais, existindo exemplos que nos mostram que o crescimento económico não vem acompanhado de um progresso similar enquanto desenvolvimento humano. Daí a importância de incorporar a categoria de desenvolvimento económico neste trabalho devido a que em muitas ocasiões ambas as categorias serem utilizadas como sinónimas.

2.6. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO EM PAÍSES EM CRESCIMENTO

Existem profundas diferenças na qualidade de vida da população entre países com níveis de rendimento similares, sendo essa qualidade de vida medida de acordo com o acesso à educação e aos cuidados de saúde; as oportunidades de emprego; a possibilidade de ter água potável, entre outros fatores. Tomando em conta esses indicadores é que se determina quais os países que estão mais desenvolvidos do que outros.

A partir destas análises sobre crescimento e desenvolvimento económico, é de nosso critério que o crescimento do rendimento per capita implicará mudanças estruturais na economia e na sociedade de uma nação. Daí existir a necessidade de distinguir e não poder-se confundir crescimento com desenvolvimento económico. No plano histórico só faz sentido a partir de uma perspetiva teórica que supõe possível e

frequente o aumento do rendimento per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura e das próprias estruturas básicas da sociedade. Não é possível prever quando a mudança no crescimento provocará mudança no desenvolvimento económico, mas sua interdependência é um fato social indiscutível existindo a clareza de que pode existir crescimento económico e não necessariamente tem de haver desenvolvimento do país, pelo que, para que exista desenvolvimento económico num país tem de haver necessariamente crescimento económico. Porém, o crescimento refere-se em termos de variáveis económicas nominais que crescem e decrescem, enquanto que o desenvolvimento económico é um conceito mais amplo, onde o bem-estar e as considerações naturais jogam um papel fundamental.

Ao referir os termos crescimento e desenvolvimento económico é importante termos em atenção que, embora os dois conceitos estejam muitas vezes relacionados, não significam a mesma coisa. É preciso reconhecer que uma cidade, região ou um país pode crescer sem alcançar o desenvolvimento.

Nos nossos dias, as duas expressões crescimento e desenvolvimento económico têm constituído destaque nos meios de comunicação social devido à relação que se pode encontrar com Produto Interno Bruto. Sublinha-se que o conceito de Desenvolvimento Humano aparece como auxílio ou de forma independente para abarcar de forma mais extensiva o binómio crescimento e desenvolvimento económico que, para além de valores simplesmente económicos, engloba também como meio alternativo ao modelo de desenvolvimento hegemónico.

O crescimento de uma economia é definido pela capacidade que a mesma tem em produzir (bens e serviços). O índice de crescimento anual e o Produto Nacional Bruto vão definir este aumento. A este respeito, são esclarecedores os argumentos sobre o “desenvolvimento económico, seguindo os modelos de desenvolvimento propostos nas obras dos economistas clássicos, seria alcançado com a elevação da produção interna, como resultado das substituições de importação e provocaria efeitos positivos na cadeia produtiva (Santos, 2012). Observa-se que esse efeito de encadeamento de consumo, produção e rendimento explica o crescimento das atividades e a formação de pólos de crescimento industrial no Brasil durante o século XX” (Silva, 2013, p.54).

2.6.1. O Índice de Desenvolvimento Humano

Ao referir-se à questão do crescimento vs. desenvolvimento, Robert Lucas, vencedor do Prémio Nobel da Economia em 1995, afirmou a célebre frase “a ausência de crescimento tem consequências para o bem-estar humano simplesmente assustadoras. Uma vez que se começa a se refletir sobre elas, fica muito difícil pensar em outra coisa” (Sohler, 2004). Para Conterato e Filipe (2009), citado por Pereira, (2011), o desenvolvimento é um fenómeno que só é percebido à medida que provoca mudanças positivas no seio da população. Por outro lado, o desenvolvimento é visto como um conjunto de transformações perante a sociedade, nas relações tradicionais, da forma como devem agir diante da saúde, educação e outras formas que implicam a mudança da mesma sociedade. Para Paulo (1997), citado por Pinhel (2011) o desenvolvimento é também entendido como processo multidimensional, integrando as dimensões sociais, económicas e culturais. Dependendo sempre do aumento do rendimento per capita, o desenvolvimento exige ainda aumento do bem-estar das populações e mudanças das sociedades nas atitudes e costumes (perspetiva de desenvolvimento sócio-económico e integrado).

O surgimento a uma escala mundial de uma nova conceção de Desenvolvimento deu-se a partir de 1991, com a publicação do Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), sendo atualizadas todos os anos as variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é um instrumento simples, fundamentado em algumas premissas: enquanto que o crescimento não corresponderá necessariamente ao desenvolvimento económico, mesmo se aquele é muito importante, e não pode ser medido pelo Produto Interno Bruto, nem pelo rendimento per capita; o desenvolvimento está vinculado à ampliação das capacidades das pessoas, as quais resultam de um complexo de condições económicas, sociais, políticas e culturais, sendo que algumas são básicas (Bitoun, 2006, pp. 2-3).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerada a mais notável ferramenta de medição do desenvolvimento humano dos países, cujo propósito é o de verificar o nível de desenvolvimento de um país por via de um conjunto de indicadores e variáveis de desempenho: esperança de vida, taxa de alfabetização de adultos

combinada com a taxa de matrícula nos níveis de ensino e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

O PNUD é o organismo que elabora desde 1990 um documento anual chamado “Relatório de Desenvolvimento Humano”, que contém um conjunto de variáveis que permitem obter informação de um país sobre aspetos ligados ao desenvolvimento humano. Assim, o conceito de desenvolvimento humano nasceu como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento económico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pelo rendimento que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. O rendimento é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento económico, ou do rendimento, para o ser humano.¹

A Organização das Nações Unidas considera que, para se aferir o conceito de desenvolvimento económico, é necessário não colocar de parte as características sociais, culturais e políticas que direta ou indiretamente influenciam a vida humana, com vista a se chegar aos avanços dados por uma determinada população. Foi nesta base que se deram passos com vista à criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), cujo mentor foi um influente e renomado economista paquistanês Mahbubul Haq (1934-1998).

Segundo Bispo (2009), com o início da publicação regular do Relatório, as Nações Unidas sinalizaram aos governantes dos diversos países e regiões o objetivo de se buscar e mobilizar por formas a que se entenda que o crescimento não era somente alcançar um aumento no PIB ou no rendimento per capita, com vista à mudança de comportamento por parte dos governantes por formas que traduzissem as suas metas num aumento do Índice de Desenvolvimento Humano, onde a população sinta o crescimento económico refletido em termos de melhores condições de vida.

De acordo com as Nações Unidas, o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano em 1990 foi de colocar à disposição dos Governos de cada

¹Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD-Brasil [suporte electrónico] Edição de 2014. Brasil Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD-Brasil,2014 [consultado no dia 01-10-2014] Disponível em http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais,

Estado, país ou região um indicador que podia fazer face ao já existente e muito utilizado, o PIB per capita, por considerar que este último não refletia a realidade de cada país ou região. Por este motivo, fez surgir o Índice de Desenvolvimento Humano que pretende ser desde o seu surgimento até os nossos dias uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva de matérias sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange de uma maneira integral todos os aspetos de desenvolvimento, mesmo assim, ainda há elementos ou variáveis de democracia, participação, equidade, sustentabilidade e muitos outros aspetos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. Apesar dessa deficiência, não lhe tira o mérito de ser o indicador mais sintético e abrangente na medição do grau de desenvolvimento de cada país, constituindo uma ferramenta importante para os governantes tomarem decisões valiosas.

Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e rendimento), são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: (i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e (ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- O padrão de vida (rendimento) é medido pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita, expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC) constantes, em dólares, tendo 2005 como ano de referência.

Antes do surgimento do IDH, recorria-se ao PIB per capita para avaliar o nível de desenvolvimento humano do estado ou região em referência. Deste modo, devido às insuficiências que apresenta, o PIB per capita, sendo o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um estado ou região, mesmo sabendo que o PIB é a soma de todos os bens produzido num determinado estado ou região, assim, quanto maior é o PIB, melhor é este país ou região em termos de desenvolvimento, classificando assim, de acordo com o volume do PIB entre piores países, pobres e ricos, sendo estes últimos, classificados como países desenvolvidos. Apesar de ser um

indicador usado, pois quanto maior é o PIB melhor é o benefício do mesmo para com os seus habitantes, embora possa ocorrer um PIB maior e seus habitantes se tornarem cada vez mais pobres, pelo fato do PIB não considerar o nível de desigualdade de rendimento de cada sociedade, ou seja, limita-se a aspetos essencialmente económicos. Daí a busca constante por medidas socioeconómicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana foi inquestionável.

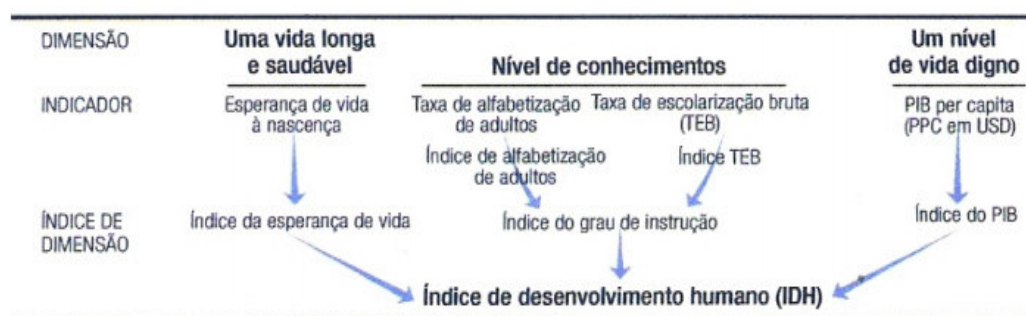
O Relatório do PNUD, de acordo com Romão (1993), parte do pressuposto de que a verdadeira riqueza de uma Nação tem por base a sua própria gente. Para o mesmo autor, o “Desenvolvimento Humano é um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação, acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e respeito a si mesmo”.

2.6.2 Como se calcula o IDH?

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado através da média de três indicadores, procurando-se aferir a média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano, nomeadamente:

- Educação (taxa de alfabetização, frequência e matrículas);
- Rendimento (Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, calculado como a soma do rendimento de todos os residentes em determinada região pelo número de moradores)
- Expectativa de vida (longevidade e esperança de vida ao nascer, o que sintetiza as condições de saúde local).

Figura 01: Diagrama de construção do IDH



FONTE: (Bispo, 2009)

De acordo com Irala e Gil (1999), citado por Sohler (2004), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (“*United Nations Development Program – UNDP*”) publicou o primeiro relatório de desenvolvimento humano (“*Human Development Report*”) em 1990. Com a finalidade de medir o índice de desenvolvimento humano, foram criados cinco índices, que são usados no Relatório de Desenvolvimento Humano, segundo o trabalho apresentado por Irala e Gil (1999).

Os cinco índices para cálculo do desenvolvimento humano de um país são:

- *Human Development Index* (HDI ou Índice de Desenvolvimento Humano);
- *Human Poverty Index for Development Countries* (HPI-1 ou Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento);
- *Human Poverty Index for selected Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) Countries* (HPI-2 ou Índice de Pobreza Humana para Países selecionados);
- *Gender-related Development Index* (GDI ou Índice de Desenvolvimento Relacionado ao Sexo);
- *Gender Empowerment Measure* (GEM ou Medida de Participação segundo o Sexo).

Para o cálculo do IDH é aplicada uma fórmula matemática e o índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (desenvolvimento humano total), ou seja, quanto mais próximo de 1 for o resultado, mais desenvolvido será o país. Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, e países com IDH superior a 0,800 possuem alto desenvolvimento humano.

Embora no conjunto de variáveis que suportam o cálculo do IDH não se podem verificar fatores de medição de índices ecológicos, mesmo assim, comparado com o modo de avaliação através do PIB per capita, o IDH continua ser o mais importante e mais usado quando a questão é saber o progresso de um determinado país ou região.

2.6.3 Posição de Angola no contexto mundial e africano em termos de IDH

Para compreender a situação económica de Angola, tendo em atenção o período que separa desde o término da guerra civil até ao alcance da paz em 2002, procuramos situar Angola no contexto Mundial, Africano, regional, linguística a nível africano e internacional, sendo estas três últimas por via da sub-região Africana da África Austral, SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) que diz respeito ao posicionamento no âmbito do Relatório de Desenvolvimento Humano, instrumento que as Nações Unidas utilizam para avaliar o progresso através dos dados dos países ou regiões, cuja implementação prática é da responsabilidade do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Segundo os relatórios de 2010, 2011, 2012 e 2013 publicados pelo PNUD, Angola encontra-se nas posições, 146, 148, 148 e 149 respetivamente do ranking em termos de Índice de Desenvolvimento Humano.

No contexto Africano, de acordo com o Relatório do PNUD, divulgado em 24 de julho de 2014, com dados referentes ao ano de 2013, Angola situa-se na 149ª posição, no nível de baixo IDH, embora apresente tendência de crescimento, e à frente de países como Moçambique, Ruanda, Camarões, Nigéria e outros mas, em contrapartida, atrás de países como a Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, República do Congo e outros.

2.6.4 Posição de Angola no contexto da SADC em termos de IDH

A SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – em inglês, *Southern Africa Development Community*), criada em 17 de outubro de 1992, constitui um bloco económico e político formado por 15 países da África Austral, região situada no sul do continente, com sede em Gaborone, capital do Botsuana. A SADC, da qual Angola é membro, é de capital importância para o progresso do desenvolvimento económico coordenado na região, assim como a estabilização política dos membros e não só. A situação da SADC em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, apresenta o seguinte figurino com base no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014:

TABELA 1 - Região da SADC - Índice de Desenvolvimento Humano no relatório de desenvolvimento humano em 2014

Índice de Desenvolvimento Humano no Relatório de Desenvolvimento Humano em 2014		
Posição IDH no contexto Africano	Países membros da SADC	Posição IDH contexto mundial
1 °	Lesoto	48 °
2 °	Ilhas Maurícias	63 °
3 °	Ilhas Seychelles	71 °
4 °	Botsuana	109 °
5 °	África do Sul	118 °
6 °	Namíbia	127 °
7 °	Zâmbia	141 °
8 °	Suazilândia	148 °
9 °	Angola	149 °
10 °	Madagáscar	155 °
11 °	Zimbabué	156 °
12 °	Tanzânia	159 °
13 °	Malawi	170 °
14 °	Moçambique	178 °
15 °	R.D. do Congo	186 °

Fonte: Relatório sobre Desenvolvimento Humano PNUD,2014

Na SADC, Angola encontra-se posicionada em 9º lugar no ranking, à frente de países como Madagáscar, Zimbabué, Tanzânia, Malawi, Moçambique e República Democrática do Congo. À frente de Angola destacam-se a República do Lesoto, bem como as Ilhas Maurícias e as Seychelles, Botsuana, Namíbia, Zâmbia e Suazilândia.

2.6.5 Posição de Angola no contexto dos PALOP e CPLP em termos de IDH

Angola é membro integrante dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) integram-na ainda Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Os objetivos que guiam esta organização estão voltados para aspetos de solidariedade social na salvaguarda de um espaço em África marcado por um facto histórico e cultural comum entre os seus membros.

TABELA 2 – Comunidade dos PALOP – Desenvolvimento Humano no Relatório de Desenvolvimento Humano em 2014

Índice de Desenvolvimento Humano no Relatório de Desenvolvimento Humano em 2014		
Posição IDH no contexto PALOP	Países membros da PALOP	Posição IDH contexto mundial
1 °	Cabo Verde	123 °
2 °	São Tome e Príncipe	142 °
3 °	Angola	149 °
4 °	Guiné Bissau	177 °
5 °	Guiné Equatorial	178 °
6 °	Moçambique	178 °

Fonte: Relatório sobre Desenvolvimento Humano PNUD,2014

Nos PALOP, Angola encontra-se ligeiramente bem posicionada, ocupando o 3º lugar do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano em 2014 com base no Relatório publicado pelo PNUD em 2014.

A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) é constituída por nove estados, sendo uma comunidade vasta, que alberga cerca de 7 por cento da população mundial, espalhada por quatro Continentes – Europa, América, África, Ásia. Integram esta comunidade todos os membros dos PALOP mais Portugal, Brasil, Timor Leste e a Guiné-Equatorial.

Nos objetivos que orientam esta comunidade destacam-se a concertação política e a cooperação nos domínios culturais e económicos. Os membros desta comunidade procuram desenvolver iniciativas de promoção do desenvolvimento dos povos com vista à afirmação e divulgação da Língua Portuguesa no contexto mundial.

TABELA 3 – Comunidade CPLP – Desenvolvimento Humano no Relatório de Desenvolvimento Humano em 2014

Índice de Desenvolvimento Humano no Relatório de Desenvolvimento Humano em 2014		
Posição IDH no contexto CPLP	Países membros da CPLP	Posição IDH contexto mundial
1 °	Portugal	41 °
2 °	Brasil	79 °
3 °	Cabo Verde	123 °
4 °	Timor Leste	128 °
5 °	São Tome e Príncipe	142 °
6 °	Angola	149 °
7 °	Guiné Bissau	177 °
8 °	Guiné Equatorial	178 °
9 °	Moçambique	178 °

Fonte: Relatório sobre Desenvolvimento Humano PNUD,2014

Angola situa-se na 6ª posição do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, à frente de países como a Guiné Bissau, a Guiné Equatorial e Moçambique, mas atrás de Cabo Verde, Timor Leste, São Tomé e Príncipe, destacando-se nesta comunidade países como Portugal e o Brasil.

CAPÍTULO III

3.1 ENQUADRAMENTO DO TEMA

O objetivo deste capítulo consiste em expor a partir da literatura consultada sobre as diferentes teorias existentes com relação ao desenvolvimento e crescimento económico, destacar a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento económico e o significado do papel que a agricultura pode desempenhar no desenvolvimento local.

3.2. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM ÁFRICA

A agricultura nos países africanos é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. A importância não é apenas económica é também política e social. Por esta razão, a análise do meio rural e da agricultura, bem como das políticas de desenvolvimento, deveriam resultar da compreensão tanto a nível macro como dos locais onde se concretizam os projetos. As heterogeneidades das realidades obrigam à revisão dos modelos de desenvolvimento aplicados centralmente, que preveem comportamentos e reações dos agentes económicos em conformidade com receitas dos manuais de economia. Esta possibilidade contraria a corrente dominante das políticas liberais aplicadas de forma mecanicista. A globalização e suposta liberalização têm contribuído para o agravamento da pobreza e marginalização do continente (Mosca, 2008, pp. 15-16).

Na mesma linha, Mosca (2008) analisou que o desenvolvimento das sociedades em África possui trajetórias influenciadas pela incapacidade teórica de interpretar as realidades e de estabelecer alternativas de desenvolvimento, e por fatores históricos e culturais e formas de organização da sociedade a partir de modelos económicos externos.

Segundo Mosca (2008), o papel da agricultura no desenvolvimento tem-se alterado no tempo e no espaço. Segundo aquele autor, foi o desenvolvimento agrícola e rural que originou a emergência de outros setores, perdendo o papel dominante nas economias e nas sociedades.

Nos países predominantemente agrícolas, que inclui parte dos países ACP², a agricultura e a indústria funcionam como aceleradores do crescimento económico originando um impacto forte na redução da pobreza e provendo a segurança alimentar.

² ACP- África, Caraíbas e Pacífico.

A dependência da agricultura para o crescimento, por parte destes países, requer uma revolução da produtividade agrícola de pequena escala.

É neste universo que a agricultura familiar aponta caminhos alternativos em relação à economia tradicional, pois, apesar de não alcançar os resultados de produtividade esperados no mercado capitalista, apresenta-se como uma prática eficaz para a economia solidária, inclusão social, diminuição das desigualdades e para o desenvolvimento rural.

As produções com objetivos primeiros de autossuficiência das economias familiares, do abastecimento regional e a pluriatividade agrícola em equilíbrio com a natureza, deram lugar à especialização produtiva de alto rendimento, ocorreram mudanças ambientais e assistiu-se a uma evolução tecnológica e de intensificação do capital sem precedentes. As economias no seu conjunto especializam-se com base nas vantagens comparativas e competitivas e a agricultura adaptou-se em função de paradigmas económicos em constante mutação (Mosca, 2008, p. 44)

Muitos países africanos envidaram esforços em alcançar o desenvolvimento por diversas vias, sendo uma das vias utilizada a via com base nas políticas socialistas de desenvolvimento. Essas políticas levadas no campo agrícola traduziram-se em uma ou varias transformações; mudança de mercado para planeamento; reorganização do setor privado e início do processo de cooperativismo,

Em África, para uma grande parte dos países, principalmente aqueles países produtores de petróleo, a agricultura é mencionada como recurso de importância capital apenas nos discursos políticos, para outros existe um priorização da agricultura devido à importância que atribuem à produção de alimentos para aumento do nível de vida da população rural, como forma de retribuição da luta desempenhada para o alcance da independência. Esta atenção evidenciada por parte de alguns estados africanos reflete-se em despesas públicas correntes e de investimento em equipamentos. No entanto, estas políticas não foram acompanhadas de uma adequada gestão de um sistema de preços e salários e outros mecanismos macroeconómicos. Estes fatores influenciaram de forma negativa o setor privado, dificultando ou mesmo impedindo a reprodução dos ciclos produtivos tanto na agricultura e em outros setores.

A sobrevivência por parte de alguma população deveu-se às pequenas produções de privados em pequenas escalas nas periferias em face de inúmeros problemas tais como: infraestruturas, reposição e substituição de equipamentos. Os camponeses eram

apenas enaltecidos em face da produção dos excedentes, caso contrário eram marginalizados.

Em países onde era necessário manter os níveis de produção, os estados foram obrigados a desenvolver um conjunto de estratégias muitas vezes em função da guerra, como a distribuição à população em mais de uma parcela de cultivo, a escolha de cultivo de certos tubérculos que para sua maturação necessitam de muito tempo de permanência no solo com vista ao seu armazenamento e prevendo o roubo por parte das forças em conflito, a falta de circulação das pessoas bem como dos bens, a falta de mercados convencionais, a dependência da população por ordens dos comandos militares, a retirada dos celeiros da produção armazenada, eram desde sempre fatores que tiveram efeitos contrários no processo de desenvolvimento da agricultura em alguns territórios africanos.

Outros países em função da situação que se vivia procuraram criar cooperativas de produção agrícola. Pretendia-se com esta política transformar os pequenos agricultores em operários agrícolas e a propriedade privada em coletiva, acumulação de forma individual em forma coletiva e social.

3.3 SITUAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA EM ANGOLA

Procede-se agora a uma análise do setor agrícola em Angola e posteriormente na Província do Huambo, procurando-se nesta seção descrever brevemente e interpretar a experiência de desenvolvimento agrícola angolano nas últimas décadas.

Em Angola, a população dedica-se essencialmente ao cultivo da terra como fonte da sua subsistência. Em zonas ou cidades que são privilegiadas por possuírem vias ou estradas nacionais, os produtos rendimentos obtidos pelas famílias são comercializados ao longo das estradas com preços muito baixos comparados com o mercado convencional.

Em algumas regiões de Angola, sobretudo no norte, grande parte dos camponeses está organizada em associações, cujas cotizações visam a manutenção das vias de acesso da estrada principal às lavras e realizar transações comerciais no mercado. Contudo, a pobreza extrema a que esses membros estão votados dificulta que tenham regularidade no pagamento da quota (Corge Manuel, 2012, p. 2).

A Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975 já consagrava no seu artigo 8 “a República Popular de Angola considera a agricultura como base e a

indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”. Para o efeito, o Governo decidiu chamar a esse ano o “ano da agricultura” (Ferreira, 1999).

Com o alcançar da independência, a produção agrícola começou a declinar a partir de 1974/1975. O conjunto de políticas que foram surgindo para fazer face ao declínio da produção agrícola foram ineficazes, devido às constantes distorções de carácter macroeconómico, provocadas pela ausência de estímulos no setor agrícola, falta de oportunidade, preços desajustados, ausência de propriedades e legislação para proteção dos agricultores. Com o evoluir da guerra assistiu-se à emigração do campo para os grandes centros urbanos, isolando-se os campos agrícolas, tendo a insegurança tomado conta das zonas cultiváveis. Assistiu-se também à fuga de quadros qualificados que detinham a rede de comercialização e drenagem dos produtos agropecuários, agravando os baixos índices de formação profissional e o fraco apoio técnico e das infraestruturas.

De modo geral, a agricultura sofreu os efeitos da guerra em vários domínios (De Sousa Pain, 2008). O país sentiu-se incapaz de responder às necessidades da população, mesmo sabendo que naquela altura 80% da população sobrevivía basicamente à custa da agricultura. Mesmo assim, recebendo poucos incentivos, surgiram os movimentos cooperativos e associativos ao serviço do Estado e não como uma autopromoção como nos nossos dias. Estas cooperativas e associações estavam sob a direção da CADCO (Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas), criadas pelo Governo de Transição. A prazo, foram-se extinguindo, passando as mesmas para a responsabilidade do Ministério da Agricultura, assumindo este o papel e a tutela, bem como o alargamento, organização e consolidação, criando várias dependências como a DNACA (Direção Nacional de Cooperativização Agrícola e Apoio aos Camponeses Individuais), EDA (Estações de Desenvolvimento Agrário) e a UNACA (União Nacional de Camponeses Agrários).

Com o advento da paz, que teve os seus primeiros sinais em 1992, tendo-se consolidado com a assinatura dos acordos de cessação das hostilidades entre o Governo de Angola e as forças da UNITA em 4 de abril de 2002, muitos foram os benefícios que o povo angolano passou a usufruir, nomeadamente, a circulação de pessoas e bens, o acesso a energia e águas, a desminagem das zonas anteriormente minadas por força da guerra e o surgimento de incentivos à produção agrícola através do crédito agrícola. Neste sentido, já são visíveis os frutos embora de uma forma embrionária, sabendo que

as políticas para o desenvolvimento e crescimento da agricultura têm sido aprovadas constantemente.

Nos dias de hoje, o setor agrícola angolano é predominantemente caracterizado por empresas familiares que quase cobrem a totalidade das unidades produtivas, uma vez que estas unidades representam 2% em relação ao setor global. As empresas agrícolas são simplesmente formadas pelas famílias que procuram produzir para o sustento do seu agregado e um excedente para comercialização com mais ou menos importância conforme a região. As unidades agrícolas familiares são influenciadas por aspetos inerentes do sistema económico, regional, afetando as cifras de produção e com a atividade principal na satisfação das suas necessidades vitais, por fazerem parte de uma comunidade que direta ou indiretamente está ligada à sociedade global (Mbomba, Henrique, Rego e Carvalho, 2006).

O processo de desenvolvimento sustentável e social carece de alguns sacrifícios e investimentos a curto e médio prazo para se alcançar a plena independência das importações em termos de condições de bem estar. Este processo nem sempre é linear porque muitos fatores desencadeiam efeitos uns a favor para o desenvolvimento e outros a desfavor.

O conflito armado em Angola pós-independência, que durou 27 anos de guerra civil, provocou destruição de infraestruturas, decadência da economia, obrigando grande parte da população rural a deslocar-se para as zonas urbanas à procura de segurança e melhores condições de vida. Angola, que era um país auto suficiente na generalidade dos alimentos antes do conflito armado pós-independência, viu-se empurrada para uma situação de dependência externa provocada pelo abandono da agricultura familiar e pela desestruturação do comércio. A paz definitiva chegou em 2002, encontrando o país envolvido na tarefa de revitalização e reconstrução para o desenvolvimento. (Corge Manuel, 2012, p. 3)

De acordo com Corge Manuel (2012), estima-se que em Angola vivam cerca de 19,6 milhões de pessoas, com um crescimento populacional de 2010-2015 de 2,5%. Com base nos dados obtidos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017, mostra-se que nos últimos 5 anos a economia de Angola cresceu a uma taxa média de 9,2% ao ano. Quando consideramos apenas a economia não-petrolífera, temos que a taxa média de crescimento foi de 12,0% no período, de que resulta que a produção da economia não petrolífera quase duplicou nos últimos 5 anos. Os últimos exercícios de previsão apontam, para o ano de 2012, um crescimento igual a 8,8%, resultante da

combinação de um crescimento igual a 9,0% para a economia não-petrolífera (PIBnp) e igual a 8,5% para a economia petrolífera (PIBp).

TABELA 4 – Taxa de Crescimento do PIB real (%)

Anos	PIB	PIB np	PIB p
2007	23,20	25,40	20,40
2008	13,80	15,00	12,30
2009	2,39	8,31	-5,09
2010	3,50	7,80	-2,87
2011	3,90	9,70	-5,60
2012 *	7,40	9,10	4,30

Preços Constantes de 2002. * Estimado

Fonte: Ministério do Planeamento

Por fim, estas condições podem permitir que Angola possua um processo de ajustamento sem criação de mais dependência externa que condicione o financiamento a políticas restritivas cujos custos sociais se repercutem maioritariamente sobre a população mais vulnerável e que priorizem o setor externo com implicações sobre o consumo interno (Mosca, 2004).

3.4 SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA EM ÁFRICA E ANGOLA

3.4.1 Situação atual da agricultura em África

A agricultura familiar, que é a forma agrícola predominante, está ligada indiscutivelmente à segurança alimentar nacional. Esta realidade é vista tanto em países em vias de desenvolvimento como em países já desenvolvidos.

Segundo a FAO (*Food and Agriculture Organization* – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a agricultura familiar inclui todas as atividades familiares (agricultura, atividade florestal, pesca, produção pastoral ou/produção pastoril) e está vinculada em diversos hábitos de desenvolvimento rural. Há mais de 570 milhões de explorações agrícolas no mundo, das quais mais de 500 milhões pertencem às famílias, que são responsáveis por quase 56% da produção agrícola.

Com base aos relatórios da FAO, mostra-se que, na América do Norte e na América Central, cerca de 83% das terras são trabalhadas pelas famílias, enquanto que em África 62% das terras são manuseadas pelas famílias. Na Europa, Ásia e na América do Sul as cifras são de 68%, 85% e 18%, respetivamente.

Embora se reconheça o crescimento económico do continente africano, com um crescimento bastante promissor desde 1999, refletido na melhoria dos seus indicadores de boa governação e de desenvolvimento humano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), sete das dez economias que mais crescem no mundo encontram-se em África, estimando um crescimento económico na África Subsaariana em 2014 de cerca de 6,1%. Este crescimento é reflexo do PIB total de África ter crescido a uma média de 4,8 % ao ano no período de 2000-2010. Comparando com períodos anteriores, a agricultura sentiu igualmente este efeito, tendo saído das cifras de 3,0% em 1990-2000 para um crescimento de 3,2% no período de 2000 a 2010. Apesar destes avanços, ainda são notórios os níveis baixos de segurança alimentar, a baixa produtividade e os baixos rendimentos e altas taxas de problemas resultantes da falta de alimentos.

Apesar de dificuldades de acesso aos insumos agrícolas, os agricultores familiares gerem as suas próprias terras por forma a manterem os seus níveis de produtividade, embora cerca de 1/5 dos cidadãos africanos veja negado o direito de se alimentar de forma adequada, mesmo assim o continente tem dado passos significativos em várias áreas que abarcam a agricultura, tais como a intensificação da produção de alimentos básicos, as variedades melhoradas de banana em alguns países do centro e leste de África, o trabalho realizado na melhoria do milho, o aumento da produção de algodão em países como Burkina Faso e Mali e, igualmente, a melhoria do plantio do chá e o crescimento da floricultura na África Oriental

Face a estes avanços, é da responsabilidade dos governos africanos tirar proveito deste período de sucesso do continente, sobretudo no que tange à agricultura e não só, com vista a enfrentar os dramas que ainda assolam o continente, como a insegurança alimentar, a malnutrição, a fome e, de forma geral, a miséria que ainda constitui um pesadelo para muitos africanos.

Em África, a agricultura é o único setor da economia com capacidade de absorver grande parte da população desempregada, fazendo parte desta população predominantemente os jovens e mulheres. Com o apoio do crédito e outros serviços financeiros, bem como o acesso aos equipamentos e à tecnologia, poder-se-á transformar os pequenos agricultores, que realizam uma agricultura de subsistência, em produtores mais eficientes e produtivos.

Nas ultimas décadas, com o abrandamento dos conflitos em África, a produção de alimentos per capita foi positiva. A produção de alimentos em África subiu de 1% ao ano comparado com o crescimento de 2 % ao ano nos países desenvolvidos. Todavia este crescimento fez-se acompanhar de variações de preços mas, mesmo assim, se compararmos com outras regiões o balanço final é satisfatório.

3.4.2 Situação atual da agricultura em Angola

O trabalho agrícola em Angola teve os seus momentos áureos e de decadência. Os melhores momentos da agricultura em Angola e no Huambo em particular foram sem sombra de dúvidas antes da independência, para vir a decair logo após a concretização da independência e o início da guerra em Angola. O processo de paz em Angola, que culminou com os entendimentos do Luena em 2002, trouxe condições de segurança em geral, estabilidade política e confiança no retorno das atividade agrícolas nas zonas longínquas.

Angola possui uma área de 1.246.700 Km² e situa-se na costa atlântica Sul da África ocidental, faz fronteira a Norte e noroeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, e a sul com a Namíbia, sendo limitado a oeste pelo Oceano Atlântico. O território de Angola, por estar implantado numa zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, com a sua aproximação do mar e corrente fria de Benguela e as características do Deserto do Namibe, tem condições que propiciam o surgimento de duas regiões climáticas.

Em Angola existem dois períodos de produção agrícola, denominados por Campanha Agrícola, sendo duas por cada ano: primeira época agrícola e segunda época agrícola. Muitas são as condicionantes para a eficiência da produção das duas épocas agrícolas, desde: fatores naturais (cheias, secas, pestes) e fatores artificiais que vão desde a falta de crédito agrícola, insumos agrícolas e meios de mecanização agrícola.

A agricultura está repartida em três subsectores que são: o setor agrícola, o pecuário e o florestal. Por sua vez, o setor das pescas está repartido em três subsectores: pesca-industrial/semi-industrial, pesca artesanal e pesca continental.

O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), é o órgão do Estado Angolano que gere as políticas da agricultura em coordenação e com a ajuda de outros parceiros internacionais e nacionais para a concretização das metas traçadas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2015. O MADRP tem como tarefa “assegurar o fomento agrário, coordenação e execução das políticas e

estratégias traçadas no âmbito do desenvolvimento agrário e rural”. O setor, para além da agricultura, engloba também o setor pecuário e o pesqueiro. O MADRP, junto dos seus parceiros nacionais e organizações internacionais prepara anualmente a época agrícola. Nela participam também as Empresas Agrícolas Familiares, que são tipicamente as famílias, e as Empresas Agrícolas Empresariais, estas últimas com mais capacidades e melhores meios de trabalho por possuírem muitas vezes meios mecanizados para a sua intervenção no setor agrícola, enquanto que as Empresas Familiares dependem muitas vezes da ajuda por parte do Ministério da Agricultura.

A Tabela abaixo mostra as explorações agrícolas familiares (ou número de famílias camponesas) e do tipo empresarial das campanhas agrícolas de 2008-2012, que participam anualmente no processo de produção durante as duas épocas.

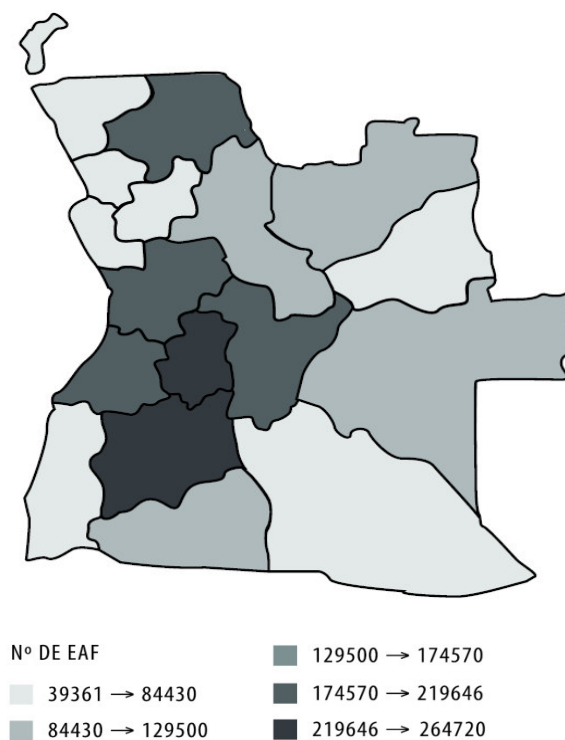
TABELA 5 - Explorações agrícolas familiares e empresariais

Empresas Agrícolas	EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES (OU NUMERO DE FAMILIAS CAMPONESAS) E DO TIPO EMPRESARIAL CAMPANHA AGRÍCOLA 2008-2012			
	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
EAF- Empresa Agrícola Familiar	2.187.038	n.d.	2.058.346	2.068.107
EAE- Empresa Agrícola Empresarial	3.715	n.d.	6.036	8.360

Fonte: Relatório Anual do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Campanhas Agrícolas de 2008-2011

A distribuição das unidades produtivas com base no mapa abaixo é essencial, visto que ajuda a identificar e a visualizar a concentração de pontos de produção, concretamente nas Províncias de Huambo, Huila, Bie, Kuanza Sul, Uige e Benguela.

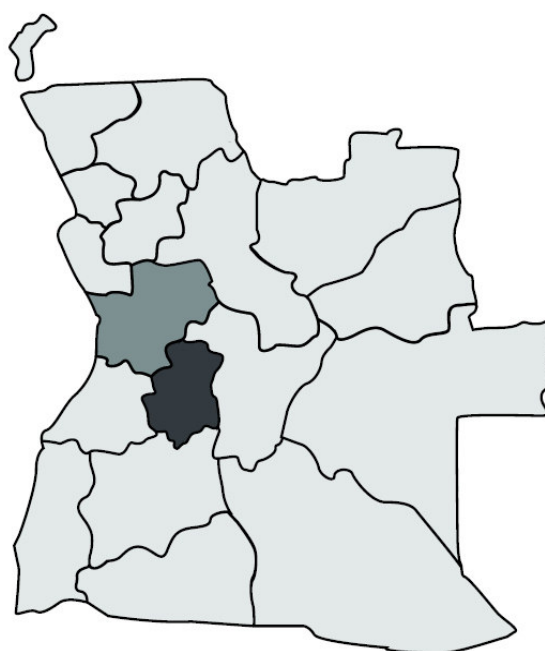
Figura 2 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS, TRANSFORMADOS EM EMPRESAS AGRÍCOLAS FAMILIARES –EAF PELAS PROVÍNCIAS DE ANGOLA



Fonte: Relatório Anual do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Campanhas Agrícolas de 2011-2012

A distribuição das Empresas Agrícolas é realçada por uma aglomeração destas na região do Huambo, com uma concentração mais forte em relação à Província de Benguela bem como às restantes.

Figura 3 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS AGRICOLAS, PELAS PROVINCIAS DE ANGOLA



Fonte: Relatório Anual do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Campanhas Agrícolas de 2011-2012

As parcelas de terra que por cada época são preparadas para o cultivo de diversos produtos como: cereais, raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas, fruteiras, hortícolas e café palmar são produzidas, de um lado, pelas Empresas Agrícolas Familiares de forma manual e, de outro lado, desde a preparação mecanizada até à colheita pelas Empresas Agrícolas Empresarias. A seguir mostram-se os dados referentes aos períodos em referência da quantidade de hectares preparados, para o cultivo.

TABELA 6 - Média de hectares preparados por época agrícola

Empresas Agrícolas	Área Média " ha"			
	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
EAF- Empresa Agrícola Familiar	3.463.514	4.339.934	4.372.973	4.788.592
EAE- Empresa Agrícola Empresarial	663.882	473.582	741.528	776.537

Fonte: Relatório Anual do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Campanhas Agrícolas de 2008-2011

Quanto à preparação das terras para as épocas agrícolas, o MADRP participa através do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) que é um órgão tutelado pelo referido Ministério.

Cabe assim a este instituto público a responsabilidade de materializar ações para a reabilitação e o desenvolvimento das comunidades rurais. Com vista ao cumprimento deste papel, o IDA promoveu em 2004 a elaboração de um Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR). Este Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural ilustra os mecanismos de apoios no crescimento e desenvolvimento das comunidades rurais e não só. O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) é um órgão sob orientação do Ministério da Agricultura, que tem como tarefas segundo as suas atribuições constantes no Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural de Angola:

- Assegurar o fomento, coordenação e execução das políticas e estratégias traçadas no âmbito do desenvolvimento agrário.
- Cabe assim a este instituto público a responsabilidade de materializar ações para a reabilitação e desenvolvimento das comunidades rurais.

A quantidade de produção anual proveniente das atividades realizadas pelas Empresas Agrícolas Familiares e pelas Empresas Agrícolas Empresariais, que compreende os cereais, raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas, fruteiras, hortícolas e café palmar, são refletidos na tabela seguinte de uma forma aglutinada, desde a época agrícola de 2008-2009 até 2011-2012.

TABELA 7 - Produção em toneladas das Empresas Familiares e Empresariais

Empresas Agrícolas	Produção "Ton"			
	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
EAF- Empresa Agrícola Familiar	12.278.620	21.484.779	19.983.456	14.647.905
EAE- Empresa Agrícola Empresarial	3.463.514	3.253.968	6.846.344	6.517.174

Fonte: Relatório Anual do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Campanhas Agrícolas de 2008-2011

De uma forma geral, as quantidades produzidas provenientes das Empresas Agrícolas Familiares são superiores às das Empresas Agrícolas Empresariais.

Dentro dos dados globais de produção apresentados abaixo, por épocas agrícolas vamos destacar a produção de cereais em maiores quantidades, em seguida a produção de raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas, fruteiros, hortícolas, café palmar respetivamente. Este lugar cimeiro ocupado pelos cereais justifica-se pelo facto de predominantemente grande parte da população de Angola consumir o milho como alimentação base.

3.4.3 Situação atual da agricultura na Província do Huambo

A Província do Huambo tem um relevo acidentado, marcado por vales e ravinas com grandes montanhas. Tem uma altitude acima de 2.400 metros e o seu ponto mais alto representa igualmente o ponto mais alto de Angola, o Morro do Moco, que possui uma altitude de 2.620 m.

No Huambo encontram-se grandes recursos hidrográficos nos seguintes municípios: Chicala, Cholohanga e Caala. O clima é húmido e seco por força da sua localização e da sua altitude, com a temperatura média durante o ano a oscilar entre 19°C a 20°C (máxima) e 15°C a 20°C (mínima), com duas estações, sendo a mais longa a chuvosa e a mais curta a estação seca.

Os seus solos são propícios para a atividade agrícola, principal fonte de obtenção alimentar, sendo igualmente ricos em recursos minerais. A Província do Huambo possui as seguintes aptidões agrárias: cultura de arbóreo, florestais e frutíferos, produção agrícola e a pecuária em grande escala de gado bovino. Muitas espécies florestais também se têm revelado nesta Província como o eucalipto, o pinheiro e o cedro. Em

termos de espécies frutíferas, temos o abacate, o maracujá e a goiaba, que têm sido produzidas em quantidades aceitáveis.

Em termos de produção leiteira, o Huambo já ocupou um lugar cimeiro produzindo grandes quantidades de leite, o que acontecia nos últimos anos do período colonial, sendo rica em pecuária com grande potencial para pastos em acre naturais.

Com o início da guerra, Angola viu-se privada dos seus melhores técnicos em todos os setores que não eram nacionais. Por exemplo, o número de agrónomos e veterinários angolanos passou a ser irrisório, na medida em que o centro universitário do Huambo era frequentado anteriormente por portugueses até à data da independência (Pacheco, 2003). Uma das consequências do período da guerra de independência foi o abandono massivo dos portugueses de terras angolanas. Como a política do Partido Único naquele momento não encorajava a iniciativa privada, e menos a familiar, as áreas efetivamente cultiváveis foram drasticamente reduzidas, aumentando as terras vagas. Angola, devido ao clima de instabilidade na época da independência ressentiu-se com o êxodo de 300.000 colonos brancos (Gallis, 1987, p. 146).

Os trabalhos teóricos dessa abordagem têm demonstrado que os efeitos da produtividade agrícola influenciam o nível de vida das famílias. Após o término da guerra podemos ver a grande importância que os governos locais vêm dando ao setor agrícola e que há um padrão de mudança estrutural. Um bom exemplo são as estratégias de desenvolvimento e industrialização, que conseguiram aumentar o salário real e os padrões de vida da população rural e do setor da agricultura, observando-se que este setor não se modernizava a um ritmo adequado.

O processo agrícola é uma atividade da responsabilidade do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas que, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário, reforça as suas atuações por via da desconcentração administrativa com a aprovação do Decreto-Lei nº17/99, Decreto nº27/00 que levou à extensão das Delegações Provinciais de Agricultura de dependência central do Ministério da Agricultura e à criação das Direções Provinciais da Agricultura Pescas e Ambiente como organismo dos Governos Provinciais.

Na Província do Huambo podemos encontrar os pequenos agricultores que são as Empresas Agrícolas Familiares, as Associações e as Cooperativas distribuídas em toda a Província. Com o surgimento dos institutos de desenvolvimento agrário nas províncias de Angola, no caso do Huambo, o movimento associativista surgiu em grande medida em todos os municípios da Província. Assim, todos os anos, antes do

início da época agrícola, o Instituto de Desenvolvimento Agrário prepara a época juntamente com os parceiros do Estado que são as famílias, isto é, as Empresas Agrícolas Familiares, as Empresas Agrícolas Empresariais, Associações e as Cooperativas. O Instituto de Desenvolvimento Agrário dentro das suas atribuições apoia técnica e materialmente as Empresas Agrícolas Familiares, Associações, Cooperativas e as Empresas Agrícolas Empresariais. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através do Instituto de Desenvolvimento Agrícola, assiste as Empresas Familiares Agrícolas, Associações, Cooperativas com meios e equipamentos antes, durante e depois da Campanha Agrícola (ver Tabela nº. 8).

As Empresas Agrícolas Familiares são tipicamente constituídas pelas famílias, daí a sua numerosidade em termos quantitativos, quanto a zona cultivada e não só. Por outro lado, as Empresas Agrícolas Empresarias são constituídas pelas Empresas Agrícolas, estas em pequeno número na Província no Huambo e no País em geral. Este fator da existência em pequena escala das Empresas Agrícolas Empresarias é influenciado pelos custos de produção que são altos, aspeto fundamental para o desincentivo do surgimento de Empresas Agrícolas Empresarias.

As Associações e as Cooperativas normalmente têm apoio institucional com meios e equipamentos para a sua atividade. Na Província do Huambo em particular, e no País em geral, existe um número considerável de associações e cooperativas legalizadas, outras em fase de legalização, fator que tem propiciado o seu rápido desaparecimento antes de atingirem as metas pelas quais foram criadas. Outra dificuldade que se tem verificado, como uma das causas da extinção das associações e cooperativas, é o facto das mesmas ainda serem regidas ao abrigo do Código Comercial de 1888 – Capitulo V, Disposição Especiais às Cooperativas, por ainda não existir legislação específica para as mesmas.

TABELA 8 - Agricultores envolvidos no período 2009-2014

Nº	Campanha Agrícola	Nº de aprox. De habitantes	Nº de pequenos agricultores		Associações	Cooperativas
			Existência geral	Com Assistência técnica		
1	2009-2010	2.486.236	1201	675	710	122
2	2010-2011	2.435.739	1548	572	813	154
3	2012-2013	2.426.340	1783	961	757	155
4	2013-2014	2.470.487	1511	736	851	211

Fonte: Relatório da Direção Provincial da Agricultura-Instituto de desenvolvimento Agrário 2009-2013

O Instituto de Desenvolvimento Agrícola prepara a terra para cada Campanha Agrícola, auxiliando neste processo de produção as Empresas Agrícolas Familiares e, por sua vez, as Famílias, através de processos manuais e com ajuda de tração animal também preparam terras para a mesma Campanha Agrícola, juntando-se assim às terras preparadas e provenientes do Instituto de Desenvolvimento Rural. Algumas Associações e as Cooperativas, devido à sua organização funcional, possuem tratores e outros equipamentos que intervêm no processo de produção.

Na Província do Huambo, apesar das Empresas Agrícolas Familiares utilizarem meios manuais e/ou o auxílio em determinadas Campanhas Agrícolas de tração animal na preparação da terra, mesmo assim, a quantidade de terra preparada tem sido satisfatória.

À semelhança do que acontece em todo o território nacional, na Província do Huambo, embora os dados apresentados estejam condensados, o setor que mais produz em termos quantitativos é o constituído pelas Empresas Agrícolas Familiares, em relação às Associações, Cooperativas e Empresas Agrícolas Empresariais. Este facto deve-se à existência de um elevado número de famílias envolvidas nos processos agrícolas.

A quantidade de hectares preparados por época agrícola nas últimas décadas aumentou de forma exponencial devido ao término da guerra (ver Tabela n.º 9). Com a consolidação da paz em Angola e, em particular na Província do Huambo, muitos campos de cultivo foram reabertos e melhor explorados, alguns deles minados no período de guerra em Angola.

Com os efeitos da paz, muitas famílias que viviam nas zonas urbanas foram incentivadas a regressar às suas zonas de origem, podendo desta forma passar a viver de produtos provenientes do campo, provocando um aumento nos níveis de superfície de zona cultivada conforme se pode constatar na tabela n.º 9:

TABELA 9 - Superfície de terra preparada

Nº	Campanha Agrícola	Superfície em Km ²	Superfície de terra preparada com auxílio de máquinas		Terra preparada com Tração animal (ha)	Terra preparada manualmente (ha)	TOTAL DE SUPERFÍCIE EM (ha) PREPARADA
			Planificado (ha)	Realizado (ha)			
1	2009-2010	34.338	4.000	3.122	306.293	653.476	962.891
2	2010-2011	34.338	5.500	6.413	113.768	852.122	977.803
3	2012-2013	34.338		10.268	211.153	715.290	936.711
4	2013-2014	34.338		20.051	366.176	382.000	784.576

Fonte: Relatório da Direção Provincial da Agricultura-Instituto de desenvolvimento Agrário 2009-2013

Os dados relativos às quantidades produzidas durante estas campanhas agrícolas compreendem informação proveniente das Empresas Agrícolas Familiares, Empresas Agrícolas Empresariais, Associações e Cooperativas.

O setor agrícola no Huambo, e de forma geral em Angola, envolve outras áreas sob sua jurisdição, nomeadamente: pecuário, florestal, piscícola e outros. Os dados que apresentamos na tabela n.º 10 apenas compreendem o aglomerado do setor agrário desde as fileiras dos cereais, raízes /tubérculos, leguminosas, fruteiras, hortícolas e as suas respetivas culturas de cada fileira. A fileira de cereal destaca-se, sendo a fileira mais produzida tanto no contexto nacional e provincial, esta realidade deve-se pela razão de existir um número considerável de consumidores do milho, exatamente na região do planalto central e numa parte significativa no sul de Angola.

TABELA 10 - Média de produção por hectare cultivado durante as Campanhas Agrícolas

Nº	Campanha Agrícola	Superfície em Km ²	Produção (Ton)	Media de rendimento em Tonelada por ha ² cultivado
1	2009-2010	34.338	291.946	26,604
2	2010-2011	34.338	1.101.170	270,004
3	2012-2013	34.338	1.163.952	270,004
4	2013-2014	34.338	1.057.557	319,185

Fonte: Relatório da Direção Provincial da Agricultura - Instituto de Desenvolvimento Agrário 2009-2013

As quantidades produzidas por cada campanha agrícola em Angola em geral e na Província do Huambo, têm estado a aumentar devido aos apoios que o MADRP presta através das Direções Provinciais da Agricultura, presente nas 18 províncias através das ações do Instituto de Desenvolvimento Agrário e não só, e do envolvimento de todos os setores da sociedade que intervêm no processo de produção agrícola, que compreende também o Instituto de Desminagem que tem por missão o controlo de todas as ações de desminagem em campos agrícolas anteriormente minados durante a guerra, até aos mecanismos de comercialização dos fertilizantes. Pode-se comprovar este facto tendo em conta o aumento gradual da média de rendimento em tonelada por hectare cultivado, conforme se pode observar na tabela n.º 10. Com este apoio por parte das instituições governamentais, que se consubstancia no aumento das cifras produtivas de um lado nas Empresas Agrícolas Familiares e de outro lado nas Empresas Agrícolas

Empresarias, Associações e Cooperativas, o Governo pretende aumentar a segurança alimentar, melhorar as condições de vida da população em geral e em particular da Província do Huambo, reduzir a dependência externa quanto às importações de produtos básicos de consumo. Estes objetivos constam como linha de orientação na estratégia de Combate à Pobreza, sobretudo no meio rural, onde aquela é mais acentuada.

CAPÍTULO IV

4.1 METODOLOGIA

Segundo Silvarman *et al.*, citado por Marques (2012, p. 56), a metodologia é uma teoria numa perspectiva generalizada para analisar os problemas de uma investigação. Para Geller (2011, p. 22), a metodologia é uma descrição clara e precisa dos métodos, materiais e equipamentos utilizados, com vista a que os outros utilizadores possam continuar com a investigação no futuro.

Para a realização do trabalho em referência, pesquisaram-se suportes documentais e dados das EAE - Empresas Agrícolas Empresariais e EAF - Empresas Agrícolas Familiares junto do IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário, órgão afeto à Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e da UNACA - União Nacional dos Camponeses de Angola, de modo a conhecer-se as populações que haviam de ser alvo do trabalho que se pretende apresentar.

Embora possamos considerar que este trabalho foi tendencialmente orientado para a utilização de recursos de investigação quantitativa através da apresentação e manuseamento de dados ligados a estatística descritiva e inferencial, tal como é observado na apresentação e discussão dos resultados obtidos, mesmo assim, não podemos deixar de realçar a utilização da investigação qualitativa através da pesquisa de significados em contexto social e cultural, bem como os hábitos da população alvo, com possibilidades da sua generalização, o que auxiliou durante o trabalho de campo na recolha e tratamento de dados. Podemos assim afirmar que nesta investigação se utilizaram as duas formas de investigação, com maior predominância para a análise quantitativa.

Para o estudo do tema, **Empresas Agrícolas e Desenvolvimento Económico: Potencialidades da Província do Huambo**, foram selecionadas populações do Município da província do Huambo que, por um lado, de forma organizada, podem constituir uma EAE - Empresa Agrícola Empresarial e, por outro lado, uma EAF - Empresa Agrícola Familiar, produzindo recursos alimentares para elas mesmas e para outras franjas da população que se encontrem dedicadas a outros setores de produção.

A população alvo, que constitui ao mesmo tempo a população de estudo do trabalho, é constituída em função da população que participa nas campanhas agrícolas organizadas pela Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e executadas pelas EAE e EAF.

Fazem parte das EAE as associações e cooperativas agrícolas legalmente constituídas ou não e, por outro lado, das EAF, fazem parte as famílias apoiadas ou não e pequenos agricultores controlados ou não. Todos os participantes integram as 2 campanhas agrícolas realizadas, conforme a tabela abaixo:

TABELA 11- População que constitui as EAE e EAF

Município	Empresas Agrícolas Empresariais	Empresas Agrícolas Familiares
Mungo	121	44.916
Bailundo	110	95.671
Londumbali	127	29.315
Chicala Cholohanga	76	29.674
Cachiungo	189	42.668
Huambo	116	111.481
Caála	175	58.184
Ekunha	64	27.968
Longonjo	55	20.426
Ukuma	100	20.429
Chinjenje	47	10.108
Total	1180	490.840

Fonte: IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário, afeto à Direção Provincial da Agricultura

Após a identificação da população em estudo, segundo Marôco (2011) é necessário definir como foram selecionados os elementos ou objetos que constituem a amostra, isto é, que tipo de amostragem vai ser feita para este caso. Para este trabalho de investigação utilizamos as duas formas de amostragem sendo para as Empresas Agrícola Empresariais a amostragem probabilística aleatória simples pela razão dos elementos que constituem a população da amostra, pois neste tipo de amostragem todos os elementos da amostra são selecionados completamente ao acaso. Para eliminar as grandes deslocações que seria necessário efetuar foi escolhida a amostragem não probabilística acidental, casual ou conveniente para às EAF, por serem selecionados apenas elementos da população que constituem objeto de interesse da convicção do inquiridor.

Para uma descrição clara do trabalho foram elaborados dois inquéritos resultantes da especificidade dos elementos que compõem a população: um para as Empresas Agrícolas Empresariais e outro para as Empresas Agrícolas Familiares. Os dois questionários são apresentados em anexo a este trabalho. Sendo o questionário a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que

se deseja, os questionários contêm um conjunto de questões logicamente relacionadas com o problema central e com a seguinte estrutura de apresentação:

TABELA 12 - Questionário A dirigido às Empresas Agrícolas Empresariais

Grupo de questões	Informação de recolha
Grupo I	Dados sobre o surgimento, estrutura e objetivos
Grupo II	Dados sobre apoios à sua organização
Grupo III	Dados sobre a produção das EAE

Fonte: Elaboração própria

TABELA 13 - Questionário B dirigido às Empresas Agrícolas Familiares

Grupo de questões	Informação de recolha
Grupo I	Dados de identificação das EAF
Grupo II	Dados sobre o surgimento, estrutura e objetivos
Grupo III	Dados sobre os apoios à EAF e sua organização
Grupo IV	Dados sobre a organização administrativa
Grupo V	Dados sobre a produção das EAF

Fonte: Elaboração própria

A estratégia da recolha de informação obedeceu a dois critérios sendo, em primeiro lugar, a recolha direta efetuada pelo investigador, que garantiu o rigor exigido pela investigação, evitando deste modo atrasos, erros exagerados e a garantia do retorno dos mesmos e, em segundo lugar, as entrevistas, baseadas numa conversa orientada para objetivos previamente delineados, através do interrogatório do informante com a necessidade de recolher dados que não se podem encontrar em registos, com apoio de um formulário contendo questões que foram anotadas pelos entrevistadores. Os questionários foram tratados no período de janeiro a fevereiro de 2015. Da recolha de dados, resultaram para as EAF 197 questionários válidos respondidos e para EAF obtivemos 300 questionários válidos, conforme abaixo se pode verificar.

4.2 DETERMINAÇÃO DO TAMANHO DA AMOSTRA PARA POPULAÇÕES FINITAS

Nas fórmulas frequentemente utilizadas para a determinação do tamanho da amostra, são feitos os cálculos com a ideia de que a população de onde se retira a amostra é tão grande, designando-se de população infinita. Entretanto, a maior parte das populações não é tão grande em comparação com as amostras. Neste caso, a amostra tem tamanho (n) maior ou igual a 5% do tamanho da população (N), considera-se que a população seja finita. Assim, para resolver o problema, aplica-se um fator de correção à fórmula como abaixo se pode ver, com vista a obtermos como resultado a fórmula corrigida:

- Fórmula para determinação do tamanho da amostra (n) com base na estimativa da média populacional.

$$n = N \cdot \sigma^2 \cdot (Z_{\alpha/2})^2 N^{-1} \cdot d^2 + \sigma^2 \cdot (Z_{\alpha/2})^2$$

- Fórmula para determinação do tamanho da amostra (n) com base na estimativa da proporção populacional.

$$n = N \cdot p \cdot (1-p) \cdot (Z_{\alpha/2})^2 N^{-1} \cdot d^2 + p \cdot (1-p) \cdot (Z_{\alpha/2})^2$$

TABELA 14- Cálculo do tamanho amostral geral para as duas populações (EAE e EAF)

Tamanho da População (N)	p (proporção esperada)	(1-α): Nível de confiança	n = N * p * (1-p) * (Zα/2)² N⁻¹ * d² + p * (1-p) * (Zα/2)²		
			Z [(1-α)/2]	d (erro da amostra)	n: Tamanho da amostra
1180	0,82	0,95	1,959963985	0,05	190,3711279
490840	0,75	0,95	1,959963985	0,05	287,9409848

Fonte: Elaboração própria

Para determinar o tamanho da amostra, inicialmente considerou-se que a mesma seria composta por X representantes de cada Empresa Agrícola. Sabendo de antemão que parte dos inquiridos não teriam possibilidade de responder ao questionário, supôs-se uma amostra um pouco maior, para obter um número significativo de questionários respondidos. Neste caso, empregou-se um incremento de 5% para garantir o nível de significação.

TABELA 15- Cálculo do incremento do tamanho amostral para garantir a significação (5%)

Tamanho da População (N)	n: Tamanho de amostra	% de aumento da amostra	$n_{final}=n*(1+0,05)$	Round n final
1180	190,3711279	0,05	199,8896843	200
490840	287,9409848	0,05	302,3380341	303

Fonte: Elaboração própria

Entregaram-se 200 inquéritos aos líderes das Empresas Empresariais Agrícolas e 303 aos membros que constituem as Empresas Agrícolas Familiares. A forma de executar os inquéritos foi segundo a proporção de cada população desde o ponto de vista de localização (Municípios) mas, na recolha final, não foi possível manter a amostragem tipo proporcional, ou seja, segundo a proporção que representa cada população. As Tabelas 15.1 e 15.2 definem a quantidade ótima de representantes para as EAE e EAF de cada Município segundo as proporções.

É importante notar que a quantidade de inquéritos definidos para os dois tipos de Empresas Agrícolas, se cumprem quanto às duas populações em geral, mas não aos estratos interiores das populações. O valor do tamanho amostral para as EAE é $NEAE \approx 190$, mas o real recolhido foi de $NEAE = 197$. Para o caso das EAF o cálculo define $NEAF \approx 288$, mas o real recolhido foi de $NEAF = 300$.

TABELA 15.1- Quantidade de inquéritos segundo as proporções dos estratos nas populações municipais (EAE)

Município	Empresas Agrícolas Empresariais	%Pop.	n final*(%Pop.) 200	Round n final*(%Pop.) 200
Mungo	121	0,1025	20,5	20
Bailundo	110	0,0932	18,6	19
Londuimbali	127	0,1076	21,5	21
Chicala Ch.	76	0,0644	12,9	13
Cachiungo	189	0,1602	32,0	32
Huambo	116	0,0983	19,7	20
Caála	175	0,1483	29,7	30
Ekunha	64	0,0542	10,8	11
Longonjo	55	0,0466	9,3	9
Ukuma	100	0,0847	16,9	17
Chinjenje	47	0,0398	8,0	8
Total	1180	1	200	200

Fonte: Elaboração própria

TABELA 15.2 - Quantidade de inquéritos segundo as proporções dos estratos nas populações municipais (EAF)

Municipios	Empresas Agrícolas Familiares	%Pop.	n final*(%Pop.) 303	Round n final*(%Pop.) 303
Mungo	44916	0,0915	27,7	28
Bailundo	95671	0,1949	59,1	59
Londuimbali	29315	0,0597	18,1	18
Chicala Ch.	29674	0,0605	18,3	18
Cachiungo	42668	0,0869	26,3	26
Huambo	111.481	0,2271	68,8	69
Caála	58184	0,1185	35,9	36
Ekunha	27968	0,0570	17,3	17
Longonjo	20426	0,0416	12,6	13
Ukuma	20429	0,0416	12,6	13
Chinjenje	10108	0,0206	6,2	6
Total	490840	1	303	303

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO V

5.1 ANÁLISE DESCRITIVA DE RESULTADOS

5.1.1 Empresas Agrícolas Empresariais

Para o tratamento de dados do inquérito foram definidas variáveis nominais, ordinais e escalares e recorreu-se ao auxílio do Software SPSS Estatistic 20. Através desta ferramenta conseguiu-se utilizar recursos de estatística descritiva, úteis para o cálculo numérico de frequências e medidas amostrais, descrição global dos dados através da construção de tabelas, gráficos, análise e interpretação dos resultados obtidos.

A amostra das EAE compreende 197 questionários preenchidos, numa população de 1180 EAE, pertencentes à Província do Huambo em 2014.

TABELA 16- População que constitui as EAE

Município	Empresas Agrícolas Empresariais
Mungo	121
Bailundo	110
Londumbali	127
Chicala Cholohanga	76
Cachiungo	189
Huambo	116
Caála	175
Ekunha	64
Longonjo	55
Ukuma	100
Chinjenje	47
Total	1180

Fonte: Elaboração própria

Para conhecer como surgiu a EAE questiona-se quem foram os responsáveis pela materialização da ideia da sua criação. Em 197 questionários, 60 % afirmou serem os próprios residentes, 18% disse que a ideia partiu de um membro da comunidade que conseguiu captar a vontade dos demais residentes e 6% respondeu que o Governou foi quem incentivou a criação da mesma.

TABELA 17- Surgimento da EAE

Surgimento da EAE	Frequência	Percentagem
Não responde	10	5,1
Iniciativa dos residentes	118	59,9
Iniciativa de particular	35	17,8
Iniciativa do Estado	12	6,1
Outro tipo de iniciativa	22	11,2
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao género, o feminino é em maior proporção, constituindo cerca de 64% da população que formam as Empresas Familiares Empresariais, enquanto que apenas 37% é composto pelos homens.

TABELA 18- Género

Genéro	Frequência	Percentagem
Masculino	72	36,5
Feminino	125	63,5
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Conforme evidencia a Tabela 19, a grande preocupação da EAF é o aumento do nível de rendimento dos membros que a constituem. Cerca de 71% afirmam este objetivo como prioritário, enquanto que 18% preferem alargar a extensão de terra com vista ao aumento da produção e cerca de 5% pretendem no futuro ver a Empresa Agrícola Empresarial transformada numa outra atividade de rendimento. Finalmente, 2% preferiram não dizer nada sobre o conteúdo da pergunta.

TABELA 19 - Fins que se pretende alcançar com a EAE

Fins pretendidos com a EAE	Frequência	Percentagem
Não	3	1,5
Melhorar o rendimento dos membros	140	71,1
Aumentar a superfície da terra cultivada	36	18,3
Transformar a empresa agrícola em outra	9	4,6
Outros fins	9	4,6
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Na questão colocada sobre o número de membros que compõem as EAE, destacam-se 13% de EAE que agregam mais de 501 membros e 21% de EAE que no seu conjunto congregam menos de 50 membros.

TABELA 20- Número de membros que compõem as EAE

	Frequência	Percentagem
Menos de 50 membros	42	21,3
Entre 51 a 100 Membros	78	39,6
Entre 101 a 500 Membros	51	25,9
Mais de 501 Membros	26	13,2
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

A produção orientada para as famílias e para o mercado constitui 68% das 197 EAE questionadas, o que significa que as EAE na sua maior parte são constituídas por unidades autossuficientes, capazes de diferenciar parte da produção total para o consumo e parte para o mercado informal. Outros 12% responderam que toda a produção é destinada para o consumo, devido à dificuldade que encontram no aumento da produção, enquanto que apenas 5% orienta a sua atividade produtiva para o mercado formal.

TABELA 21 - O destino da produção

Destino da Produção Agrícola	Frequência	Percentagem
Não	1	0,5
Para o mercado formal	9	4,6
Para o mercado informal	14	7,1
Para o consumo dos próprios membros	23	11,7
Outros destinos	8	4,1
Para o mercado informal e para os próprios membros	133	67,5
Para o mercado formal e os próprios membros	9	4,6
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quando se pretendeu saber quais eram as entidades governamentais, e não só, que apoiavam as EAE, 183 elementos da nossa amostra, o que constitui mais de 90%, afirmaram que os apoios eram provenientes da Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e da União Nacional dos Agricultores de Angola. Esses 93% afirmaram que da União Nacional de Camponeses de Angola apenas recebiam apoio

administrativo e que da Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, recebiam apoio técnico de forma muito irregular e fertilizantes em quantidade insuficiente para cobrir as áreas de cultivo.

TABELA 22 - Entidades que apoiam as EAE

	Frequência	Percentagem
Não recebem nenhum apoio	3	1,5
Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural	3	1,5
União Nacional dos Agricultores de Angola	7	3,6
Outras entidades públicas	1	0,5
Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e União Nacional dos Agricultores de Angola	183	92,9
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Na escolha do líder para as EAE, um dos critérios é o nível de escolaridade, dada a necessidade de gerir, organizar e manter funcional a organização. Para o efeito, pesquisámos acerca do nível académico dos elementos e verificámos que a maioria possui o nível primário, com cerca de 56% dos líderes das EAE, a seguir surge o nível secundário e, finalmente, o nível médio. Por outros critérios, foram eleitos 19 líderes que antes nunca frequentaram qualquer escola, o que representa 10% da nossa população amostral.

TABELA 23 - Nível de escolaridade dos líderes da EAE

	Frequência	Percentagem
Não responde	9	4,6
Nível Primário	111	56,3
Nível secundário	43	21,8
Nível médio	15	7,6
Nunca estudou	19	9,6
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos terrenos de onde provêm o sustento da população, grande parte deles não está inscrito no Ministério da Justiça e Direitos Humanos através das Conservatórias de Registo Predial. Nos casos em que o registo já foi efetuado, a iniciativa partiu dos mesmos indivíduos que compõem as EAE (cerca de 11%) e em 9% dos casos foi por iniciativa das Autoridades Governamentais. Importa mencionar aqui que 74% dos terrenos dos líderes inquiridos não possuem escritura pública do documento que lhes garanta a titularidade da terra que ocupam, com vista a evitar futuras expropriações.

TABELA 24 - Facilidade de registo da EAE

	Frequência	Percentagem
Não	146	74,1
Ajuda por parte do Governo	18	9,1
Ajuda dos particulares	21	10,7
A própria associação	12	6,1
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

A utilização de meios mecanizados para o cultivo da terra ainda é incipiente, constituindo apenas 12%, o que provoca efeitos imediatos na produção. A maioria utiliza meios manuais (enxada, catana e outros) e em determinadas fase do cultivo incrementam a tração animal, perfazendo 62% das respostas. É necessário frisar que, mesmo assim, a quantidade da população amostral que simplesmente utiliza meios manuais para o cultivo é significativamente grande quando comparada com o número de elementos que compõem as EAE.

TABELA 25 - Meios utilizados para o cultivo

	Frequência	Percentagem
Maquina (trator)	24	12,2
Tração animal (gado bovino)	27	13,7
Meios manuais (enxadas)	24	12,2
Tração animal e meio manual	122	61,9
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão sobre as fontes de financiamento utilizadas pelas EAE, cabe considerar que 89% dos investimentos feitos provêm dos próprios membros, com uma representação fraca dos bancos (apenas com cerca de 3% das respostas) e de fundos destinados para apoio à agricultura (apenas 5%). Deste modo, é possível ligar a questão colocada sobre a satisfação dos inquiridos em função dos resultados alcançados (encaixam-se os resultados obtidos com a questão sobre a satisfação resultante da atividade que exercem).

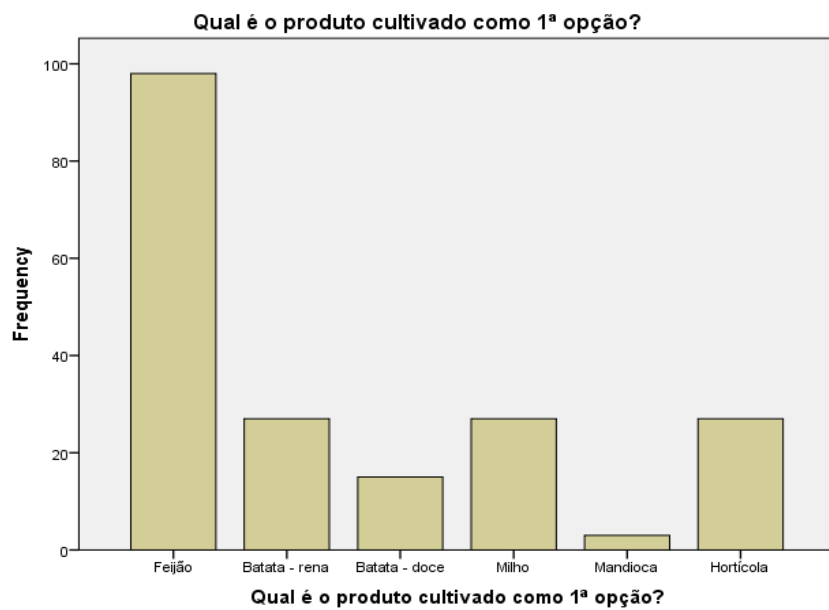
TABELA 26 - Origem dos investimentos

	Frequência	Percentagem
Não responde	6	3,0
Fundos próprios	176	89,3
Agências bancárias	6	3,0
Fundos paraa agricultura	9	4,6
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

A atividade produtiva agrícola está orientada na sua maioria para o mercado informal, com as opções de produção em função das oscilações em termos de preços dos produtos cultivados. Assim, leguminosas como o feijão constituem a primeira opção de cultivo considerando o facto do preço no mercado informal para aquele produto situar-se, no momento da elaboração deste trabalho, no intervalo de 1,5 – 3,0 USD (Kwanzas equivalentes). Seguidamente, o cultivo do milho e de produtos hortícolas preenche, respetivamente, as segunda e terceira opções.

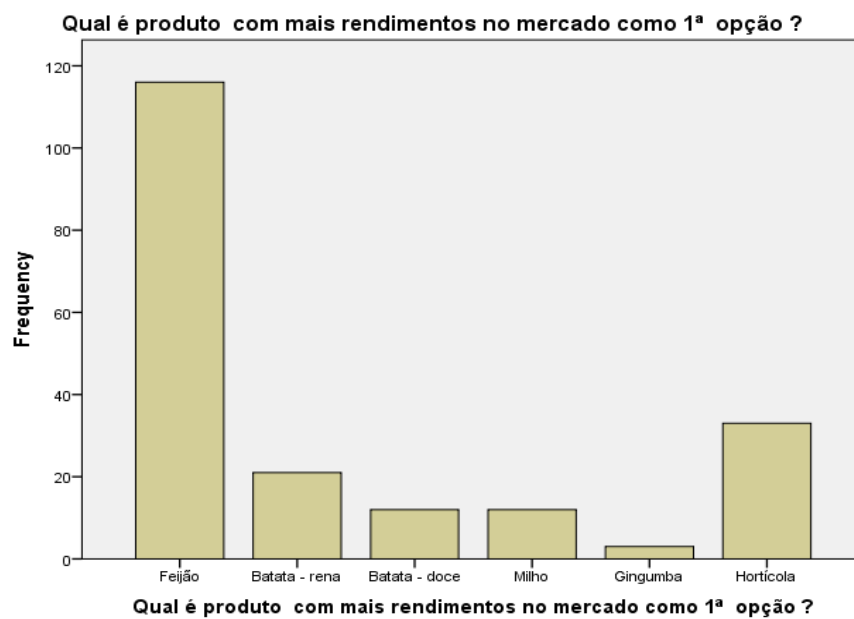
Gráfico - 1



Fonte: Elaboração própria

Tendo em consideração que para a grande maioria dos inquiridos a produção é feita em função do mercado informal, foi questionado qual o produto mais solicitado pelo mercado. Em resposta a esta questão, o feijão surge em primeiro lugar, seguido de produtos como os produtos hortícolas, a batata rena e doce e, por fim, o milho, conforme os dados abaixo.

Gráfico - 2



Fonte: Elaboração própria

TABELA 27 - Formas de manter o nível de rendimento

	Frequência	Porcentagem
Não Responde	36	18,3
Conservar as sementes para a próxima época	140	71,1
Aumento do cultivo dos produtos de grande rendimento	15	7,6
Nada fazem	6	3,0
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

É preciso reconhecer as dificuldades por que passam os agricultores que constituem as EAE dada a necessidade regular de fortificar os solos com fertilizantes. Conforme indica a Tabela 28, 94% dos líderes de EAE afirmaram que utilizam fertilizantes adquiridos nos mercados formais, enquanto que cerca de 42% adquirem-nos apenas nos mercados informais. Importa considerar que, mesmo assim, o seu autoconsumo está garantido, apesar dos preços elevados e irregulares dos fertilizantes no mercado informal, tal como afirmou 32% da população em estudo. Sublinha-se ainda que apenas 9 dos inquiridos afirmaram que parte dos fertilizantes foi adquirido de forma subvencionada pelas autoridades governamentais.

A alternativa que os agricultores têm aos fertilizantes químicos serão os adubos orgânicos, conhecidos por 85% dos inquiridos, conforme os resultados da Tabela 30, que se relacionam com os dados da Tabela 30 relativos ao número de EAE que utilizam fertilizantes orgânicos (cerca de 79%).

TABELA 28 - Utilização de fertilizantes

	Frequência	Porcentagem
Não	12	6,1
Sim	185	93,9
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 29 - Aquisição de fertilizantes

	Frequência	Porcentagem
Não responde	12	6,1
Do Governo com subvenção	9	4,6
Do mercado informal	63	32,0
Do mercado formal	27	13,7
Outra forma	3	1,5
Mercado formal e o informal	83	42,1
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 30 - Conhecimentos e utilização de fertilizantes orgânicos

	Conhecimentos de fertilizantes orgânicos		Utilização de fertilizantes orgânicos	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	30	15,2	42	21,3
Sim	167	84,8	155	78,7
Total	197	100,0	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

É interessante verificar que os inquiridos não estão satisfeitos com os resultados das atividades agrícolas, o que se pode confirmar com os dados da Tabela 31, existindo cerca de 84% de EAE em que os seus membros se encontram moderadamente satisfeitos. Fica provado este fato em função dos dados apresentados na Tabela 32, em que cerca de 63% afirmam que, de modo geral, os membros que compõem as EAE se encontram moderadamente satisfeitos com os resultados das EAE.

TABELA 31 - Grau de satisfação da produção

	Frequência	Porcentagem
Bom	23	11,7
Razoável	165	83,8
Péssimo	9	4,6
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 32 - Grau de satisfação geral da EAE

	Frequência	Porcentagem
Satisfaz plenamente	61	31,0
Satisfaz moderadamente	124	62,9
Não Satisfaz	12	6,1
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tendo em consideração que grande parte das EAE estão desprovidas da utilização de meios mecanizados para o cultivo da terra, conforme foi apresentado na Tabela 25, este dados enquadram-se nos resultados apresentados na Tabela 33, que mostra que 65% da população estudada produz numa área inferior a 50 hectares e somente 5% produz numa área superior a 100 hectares. Apesar destes resultados, mesmo assim, segundo os dados obtidos a partir da questão relacionada com a quantidade produtiva anual, os resultados são satisfatórios em função dos objetivos que pretendemos alcançar, sabendo que cerca de 50% produz anualmente acima de 100 toneladas.

TABELA 33 - Superfície cultivada

	Frequência	Porcentagem
Não responde	3	1,5
Até 50 hectares	127	64,5
De 51 até 100 hectares	57	28,9
Mais de 100 hectares	10	5,1
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 34 - Quantidade total de produção anual

	Frequência	Porcentagem
Não Responde	12	6,1
Até 50 toneladas	41	20,8
De 51 até 100 toneladas	41	20,8
Mais de 100 toneladas	99	50,3
Não sabe responder	4	2,0
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tal como já foi abordado acima na questão sobre a origem do investimento, dadas as dificuldades relativas ao investimento, 80% dos nossos inquiridos têm a sua produtividade dependente das quedas pluviométricas, o que condiciona de certa maneira a continuidade do cultivo da terra na segunda época, sob risco de perder parte do capital investido. É de notar que somente 17% possuem capacidade para produzir nas duas épocas agrícolas, recorrendo à utilização de valas de irrigação. Em função da dependência das chuvas, os inquiridos afirmam que um dos fatores que condiciona o melhor nível de produtividade é a irregularidade que se verifica em determinadas épocas, deixando-os sem alternativas. Tal como se apresenta na Tabela 36, 68% dos inquiridos confirmam e corroboram essa informação.

TABELA 35 - Origem da água para o cultivo

	Frequência	Porcentagem
Chuva	158	80,2
Canais de irrigação	6	3,0
Chuva no período chuvoso e seco valas de irrigação	33	16,8
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 36 - Fatores naturais que condicionam a produção

	Frequência	Porcentagem
Não responde	21	10,7
Chuva	134	68,0
Seca	42	21,3
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quando se pesquisou sobre os fatores artificiais que estão na base da baixa produção, inferior aos níveis desejados, metade dos inquiridos afirma como primeira causa a falta de crédito bancário, posicionando-se em segundo plano a falta de matéria prima, com 32% das respostas. Podemos afirmar que as duas variáveis se encontram relacionadas, porque quando há cedência de crédito às EAE aumenta a capacidade de aquisição de matéria-prima, essencial para a produtividade.

TABELA 37 - Fatores artificiais que condicionam a produção

	Frequência	Porcentagem
Não responde	18	9,1
Chuva	3	1,5
Seca	3	1,5
Matéria-prima de produção	63	32,0
Tecnologia	12	6,1
Crédito	98	49,7
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

Constitui fato de realce, sobre o conhecimento que os nossos interlocutores possuem, quanto à influência que a agricultura pode exercer sobre o surgimento de novos setores de produção. Esse facto pode ser confirmado com os dados da Tabela 38, em que 94% concordam com o poder de influência da agricultura sobre outras áreas de produção, sendo que apenas 6% discordam das potencialidades da agricultura.

TABELA 38 - A influência da agricultura sobre o aparecimento de novos setores de atividade

	Frequência	Porcentagem
Não	12	6,1
Sim	185	93,9
Total	197	100,0

Fonte: Elaboração própria

5.1.2 Empresas Agrícolas Familiares

A população que constitui as Empresas Agrícolas Familiares é composta por 490.840 elementos. Para efeitos de estudo, foram identificadas e selecionadas 303 EAF que constituem o objeto da nossa análise, e que passaremos a apresentar conforme os resultados obtidos no campo prático.

TABELA 39 - Quantidade de inquéritos segundo as proporções dos estratos nas populações municipais (EAF)

Município	Empresas Agrícolas Familiares	n.º de inquiridos	% da população
Mungo	44916	28	9,15%
Bailundo	95671	59	19,49%
Londumbali	29315	18	5,97%
Chicala Cholohanga	29674	18	6,05%
Cachiungo	42668	26	8,69%
Huambo	111481	69	22,71%
Caála	58184	36	1,85%
Ekunha	27968	17	5,70%
Longonjo	20426	13	4,16%
Ukuma	20429	13	4,16%
Chinjenje	10108	6	2,06%
Total	490840	303	100%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à primeira questão, as famílias continuam a preservar a masculinidade quanto à liderança do núcleo familiar. Em função desta, liderança que é um aspeto cultural, inquirimos nas EAF o chefe que coordena as receitas e as despesas resultantes da produção agrícola e não só, pois mais de 50% confirmaram que atribuem poderes ao homem para orientar a família.

O nível de escolaridade dos nossos entrevistados é considerado como baixo, tendo em atenção que 21% da amostra respondeu que nunca estudou e 37 e 30% apenas atingiram, respetivamente, os níveis primário e secundário.

TABELA 40 - Nível acadêmico do chefe da EAF

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	5	1,7
Nível primário	111	37,0
Nível secundário	89	29,7
Nível médio	25	8,3
Nível superior	7	2,3
Não estudou	63	21,0
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

O número de filhos por família é um fator a ter em conta, sabendo que quanto maior é a família, maior será o espaço de terra para o cultivo, pois as famílias, na sua maioria, utilizam meios manuais para produzir. Conforme a Tabela 41, os dados indicam que existe um equilíbrio entre as famílias que estão constituídas até 5 e de 5 até 10 filhos. Assim, temos 45% das famílias com menos de 5 membros e 46% com 5 a 10 filhos integrantes da família.

TABELA 41 - Número de filhos por família

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não Responde	12	4,0
Menos de 5 filhos	135	45,0
5 a 10 filhos	137	45,7
Mais de 10 filhos	16	5,3
Total	300	100,0

Fonte:Elaboração própria

Na questão relativa às outras fontes de emprego para além do campo agrícola, 88% afirmou que para além do campo não têm outra fonte de receitas e apenas 12% afirmaram que possuem outras fontes de receitas.

TABELA 42 - Emprego das famílias

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não	265	88,3
Sim	35	11,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

A forma mais frequente no que diz respeito à aquisição do campo agrícola é a cedência por herança que cobre mais de metade da população inquirida, totalizando cerca de 68%, a seguir a compra que constitui 24% e apenas 16 membros (5%) respondeu que uma parte da terra é recebida por herança e outra foi por via de compra. Na Tabela 44 procuramos saber que destino é dado aos produtos produzido no campo, sendo que 45% respondeu que apenas consome o que produz, 34% respondeu que para além do consumo é capaz de destinar uma parte ao mercado informal e 11% tem a sua atenção orientada para o mercado informal.

TABELA 43 - Formas de aquisição do campo agrícola

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	2	0,7
Aquisição por compra	71	23,7
Herança	205	68,3
Outro tipo de iniciativa	6	2,0
Herança e compra	16	5,3
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 44 - Destino da produção agrícola

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não Responde	7	2,3
Mercado formal	13	4,3
Mercado informal	33	11,0
Consumo da própria família	136	45,3
Outro destino	10	3,3
Mercado informal e consumo da própria família	101	33,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Diante da situação que se coloca às Empresas Agrícolas Familiares, com vista à diversificação da economia de Angola que por muito tempo foi suportada pelo petróleo, urge a necessidade da diversificação da mesma tendo como recurso a agricultura, setor que será capaz de garantir emprego para um grande número de cidadãos. Assim, investigou-se que apoios as famílias recebiam por parte das entidades governamentais, e aquelas foram unânimes em afirmar que não recebiam qualquer apoio do Estado.

TABELA 45 – Apoio recebido

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não recebem nenhum apoio	299	99,7
Instituto de Desenvolvimento Agrário	1	0,3
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Para cumprimento dos objetivos do presente trabalho pesquisamos se as famílias tinham os seus terrenos registrados, com objetivo de conhecer a segurança que as mesmos possuíam face a qualquer situação inesperada. Perante essa questão, 92% respondeu que não possuíam qualquer tipo de registo das suas propriedades.

TABELA 46 – Registo da terra no Ministério Público

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não	277	92,3
Sim	23	7,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quase metade dos nossos inquiridos afirma que para o cultivo utiliza a enxada, a catana e outros meios manuais, perfazendo cerca de 49% das respostas. Uma porção considerável (33%) afirma que, para além dos meios manuais de cultivo, utiliza a tração animal durante as duas épocas de cultivo por ano. Apenas 16 e 2% responderam, respetivamente, que durante o cultivo utiliza simplesmente tração animal e o trator.

TABELA 47 – Meios de trabalho

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não Responde	1	0,3
Uso de maquinaria	7	2,3
Tração animal	47	15,7
Meios manuais	147	49,0
Tração animal e meios manuais	98	32,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

No capítulo do investimento, os resultados indicam que o mesmo é fruto do esforço dos próprios agricultores que por aquela via procuram incrementar as colheitas,

pois 98% das respostas indicam que os investimentos são financiados com fundos próprios.

TABELA 48 – Investimento

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	5	1,7
Fundos próprios	295	98,3
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Como já foi visto acima, grande parte dos nossos interlocutores procuram retirar do cultivo o seu sustento. Assim, é característica alimentar do povo desta região o milho, preparado em diversas formas. Conforme se pode constatar nas Tabelas 49 a 51, os resultados mostram que mais da metade dos nossos inquiridos tem como primeira opção de cultivo o milho (cerca de 69%), seguida do feijão que serve de consumo por um lado e, por outro lado, serve de meio de rendimento e, por último, as hortícolas, que para além de terem uma procura considerável no mercado informal também constituem parte integrante do equilíbrio alimentar necessário para uma refeição adequada.

TABELA 49 – Produto cultivado como 1ª opção

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	3	1,0
Feijão	22	7,3
Batata rena	5	1,7
Batata doce	12	4,0
Milho	207	69,0
Mandioca	3	1,0
Gingumba	2	,7
Hortícola	41	13,7
Outros	5	1,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 50 – Produto cultivado como 2ª opção

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	10	3,3
Feijão	85	28,3
Batata rena	20	6,7
Batata doce	60	20,0
Milho	30	10,0
Mandioca	16	5,3
Gingumba	3	1,0
Hortícola	58	19,3
Outros	18	6,0
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 51 – Produto cultivado como 3ª opção

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	45	15,0
Feijão	48	16,0
Batata rena	7	2,3
Batata doce	42	14,0
Milho	20	6,7
Mandioca	39	13,0
Gingumba	4	1,3
Hortícola	66	22,0
Outros	29	9,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Na procura de informação relativa ao rendimento que as famílias podiam obter com a comercialização dos produtos produzidos no campo, notamos que o destino final da maioria da população inquirida não tem o mercado como fim da sua produção, mas sim o consumo, pelo que apenas 21% optou por mencionar as hortícolas como primeiro produto em termos de venda e cerca de 41% se recusou a responder pelo facto de não ter o mercado como destino final da sua produção.

TABELA 52 – Posição do rendimento no mercado do produto cultivado como 1ª opção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	123	41,0
Feijão	42	14,0
Batata rena	5	1,7
Batata doce	16	5,3
Milho	35	11,7
Mandioca	4	1,3
Gingumba	5	1,7
Hortícola	63	21,0
Outros	7	2,3
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

À semelhança do que acontece com a Tabela 52, o mesmo também acontece nas duas tabelas seguintes. A Tabela 53 refere-se ao segundo produto de maior rendimento no mercado e a Tabela 54 ao terceiro produto mais rentável. Quanto a estas duas questões, os nossos interlocutores afirmaram que o feijão e o milho figuram, respetivamente, na segunda e terceira posição, embora nas duas tabelas, respetivamente, 45% e 58% preferiram não responder em relação ao fim que atribuem à produção final.

TABELA 53 – Posição do rendimento no mercado do produto cultivado como 2ª opção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	134	44,7
Feijão	32	10,7
Batata rena	10	3,3
Batata doce	13	4,3
Milho	14	4,7
Mandioca	10	3,3
Gingumba	5	1,7
Hortícola	53	17,7
Outros	29	9,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 54 – Posição do rendimento no mercado do produto cultivado como 3ª opção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	173	57,7
Feijão	18	6,0
Batata rena	4	1,3
Batata doce	17	5,7
Milho	31	10,3
Mandioca	2	,7
Gingumba	14	4,7
Hortícola	30	10,0
Outros	11	3,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Para manter o ciclo de produção, mais da metade das EAF, o que representa 77%, conservam parte da produção obtida de uma determinada época agrícola, utilizando-a como semente para a época agrícola seguinte, enquanto que 11% aumenta a superfície cultivada dos produtos com maior rentabilidade e 3% afirmou que nada faz.

TABELA 55 – Mecanismos utilizados para manter elevados os níveis de produção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	28	9,3
Guardam as sementes para a próxima época agrícola	231	77,0
Aumentam a produtividade dos produtos com maior rentabilidade	33	11,0
Nada fazem	8	2,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Os líderes das EAF afirmaram que com vista a garantir o retorno da produção é necessário o uso de fertilizantes químicos ou orgânicos, sendo que 77% afirmou que utiliza esses aditivos e apenas 8% não os utiliza por falta de capacidade de aquisição visto que o preço de 1kg varia de 2 a 3 USD (equivalente a 200-350 Kwanzas).

Na Tabela 57, cerca de 65% dos elementos da amostra, adquire os fertilizantes no mercado informal, tornando a produção mais onerosa tendo em atenção os preços que se praticam nesses mercados, motivados pela falta de produção nacional desta

componente importante para o cultivo as EAF. Só 21% afirmou adquiri-los no mercado formal cujo preço é igual, embora existam garantias, ao contrário do que sucede no mercado informal. É de notar que 1% foi a cifra que respondeu que beneficia de uma subvenção por parte das entidades governamentais na aquisição de fertilizantes, embora de forma irregular, o que é insuficiente em função da superfície de terra destinada para o cultivo.

TABELA 56 – Tipo de fertilizante utilizado

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	42	14,0
Químico	232	77,3
Orgânico	26	8,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

TABELA 57 – Locais de aquisição de fertilizantes

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não responde	38	12,7
Fornecidos pelo Estado sem subvenção	3	1,0
Fornecidos pelo Estado com subvenção	1	0,3
Aquisição no mercado informal	194	64,7
Aquisição no mercado formal	62	20,7
Outra forma de aquisição	2	0,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Diante do preço elevado dos fertilizantes procuramos saber junto dos elementos da amostra que conhecimento tinham sobre os fertilizantes orgânicos que servem de alternativa aos fertilizantes químicos. Nas respostas, 217 líderes afirmaram conhecer a sua existência e 83 desconheciam. Quanto à sua utilização, em função do elevado preço dos fertilizantes químicos, 40% dos entrevistados afirmou que utiliza fertilizantes orgânicos por falta de possibilidade de adquirir os fertilizantes químicos, conforme Tabela 59.

TABELA 58 – Conhecimento do uso de fertilizantes orgânicos

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não	83	27,7
Sim	217	72,3
Total	300	100,0

Fonte:Elaboração própria

TABELA 59 – Situação do uso de fertilizantes orgânicos

Opções / respostas	Frequência	Percentagem
Não	181	60,3
Sim	119	39,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

O grau de satisfação das famílias no capítulo agrícola é razoável, se tivermos em atenção que 80% da amostra confirma que os resultados da produção não satisfazem as perspectivas, apenas 17% afirma que os resultados que obtêm da produção estão de acordo às suas expectativas.

TABELA 60 – Níveis de produção

Opções / respostas	Frequencia	Percentagem
Não responde	7	2,3
Bom	50	16,7
Razoáveis	241	80,3
Péssimos	2	0,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

É de destacar que 91% dos entrevistados, realiza a agricultura numa superfície de até 5 hectares de terra explorada, percentagem que representa 273 líderes das EAF, apesar da maior parte das EAF utilizar meios manuais e tração animal para o trabalho no campo.

TABELA 61 –Superfície cultivada por época

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	24	8,0
Até 5 hectares	273	91,0
De 6 a 10 hectares	2	0,7
Mais de 11 hectares	1	0,3
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tendo em atenção que grande parte dos nossos interlocutores utiliza meios manuais para o cultivo, os seus resultados ainda não são os mais desejáveis, devido aos preços altos dos fertilizantes. Por esta razão, procurámos saber qual a quantidade recolhida por época agrícola. Em resposta a esta questão, 262 EAF, o que constitui 87% da amostra, respondeu que chegam a recolher até 5 toneladas por época e 12% preferiu não responder já que não tem contabilizadas as quantidades que recolhe em cada período de cultivo.

TABELA 62 – Quantidade total de produção por época

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	36	12,0
Até 5 toneladas diversas	262	87,3
De 6 a 10 toneladas diversas	1	,3
Mais de 11 toneladas diversas	1	,3
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à origem da água utilizada na produção agrícola, 55% das EAF referem que dependem exclusivamente da água das chuvas. Já 41% referem que, para além das chuvas, possuem valas de irrigação que lhes possibilita produzir no período em que as chuvas diminuem ou apresentam irregularidades.

TABELA 63 – Origem da água utilizada na produção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	7	2,3
Chuva	165	55,0
Canais e valas de irrigação	4	1,3
Outras fontes de abastecimento	1	,3
Chuvas no período chuvoso e no período seco valas de irrigação	123	41,0
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Acerca dos fatores naturais que condicionam uma agricultura desejável, estão as chuvas que formam 47% das preocupações dos entrevistados, tendo 12% mencionado a seca. É de realçar que 39% das respostas referem que não conseguem distinguir onde residem as dificuldades, conforme se pode verificar na Tabela 64.

TABELA 64 – Fatores naturais que condicionam a produção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	117	39,0
Chuva	140	46,7
Seca	35	11,7
Queimada	2	0,7
Outros	6	2,0
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

No quadro dos fatores artificiais que impedem uma agricultura com mais resultados, o crédito agrícola é o mais mencionado, com cerca de 66% das respostas, sendo o segundo maior dilema a matéria-prima, que agrega apenas 7% das respostas. É de considerar igualmente que nesta questão também se verificou que 20% não responde pela mesma razão da tabela anterior.

TABELA 65 – Fatores artificiais que condicionam a produção

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não responde	61	20,3
Valas de drenagem	17	5,7
Matéria-prima	20	6,7
Tecnologia	5	1,7
Crédito	197	65,7
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quanto à influência da agricultura no surgimento de outras atividades, cerca de 92% dos entrevistados integrantes da amostra respondeu que está de acordo que com uma agricultura em que fossem apoiados com matéria-prima, possibilidades de escoamento de produtos bem como preços baixos dos fertilizantes, não teriam dúvidas que a agricultura pudesse influenciar o surgimento de outros setores de produção.

TABELA 66 – Influência da agricultura no surgimento de outras atividades

Opções / respostas	Frequência	Porcentagem
Não	24	8,0
Sim	276	92,0
Total	300	100,0

Fonte: Elaboração própria

5.2. CRUZAMENTO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS EMPRESARIAIS E DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS FAMILIARES

Os inquéritos sobre a avaliação das Empresas Agrícolas Empresariais (EAE) e das Empresas Agrícolas Familiares (EAF) foram realizados nos diferentes municípios da Província do Huambo em duas fases, sendo a primeira dirigida às EAE e a segunda fase para as EAF.

A população que constitui as EAE é, em determinadas circunstâncias, a mesma que constitui em simultâneo a das EAF. Para o efeito, procuramos aqui relacionar certas variáveis que entre elas interagem.

Nas EAE predomina o género feminino, com cerca de 64%, enquanto que nas EAF os homens constituem a maioria, em termos de liderança, constituindo 60%.

Relativamente ao destino dado à produção das EAE, 68% respondeu que, para além do consumo dos próprios membros que compõem o grupo, uma parte também é encaminhada ao setor comercial por via do mercado informal. Para as EAF, o destino dado à produção está orientado preferencialmente para o autoconsumo que constitui 45% e 34% dos inquiridos produzem em quantidade suficiente para uma parte ser comercializada e outra servir de autossustento.

Quanto aos apoios que são dados à população que constitui a base do nosso trabalho científico, verificamos que 93% das EAE recebem apoio da Direção Provincial da Agricultura e da União Nacional dos Agricultores de Angola, nomeadamente apoios em fertilizantes, embora de forma e quantidades irregulares em função da superfície de terra e apoio administrativo, enquanto que nas EAF, os nossos inquiridos não recebem nenhum apoio direto das estruturas governamentais.

No que diz respeito ao nível académico, tanto dos que integram as EAE e os líderes da EAF, foi possível saber que nas duas populações o nível mais frequente é o primário, sendo o valor para as primeiras de 57% e para as segundas de 37%.

Sobre o registo em escritura pública, tanto para os terrenos que constituem campo de trabalho para as EAE como para os terrenos que constituem campo de trabalho para as EAF, grande parte daqueles não estão registados na Conservatória de Registo Predial, organismo do Estado afeto ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

Em relação aos meios de produção utilizados, tanto para as EAE como para as EAF, é maioritariamente de uso manual e a combinação do manual e a tração animal.

Para as EAE, 62% respondeu que no cultivo combina os dois meios de produção - manual e tração animal - ao passo que nas EAF 49% faz uso da enxada e de outros utensílios manuais, enquanto que 33% das EAF combina os dois meios de produção.

Relativamente ao investimento, componente importante pois é aquela que agrega valor à produção, segundo os nossos inquiridos é oriundo dos próprios membros que compõem as duas populações (EAE e EAF), sendo que a nossa pesquisa evidenciou valores de 89% para as EAF e 98% para as EAF, pelo que se considera esta situação preocupante tendo em conta o valor dos investimentos no setor agrícola.

Quanto à variedade de produtos cultivados para as duas populações, nas EAE em primeiro lugar está o feijão seguido do milho e por último as hortícolas, enquanto que nas EAF o milho é o produto de eleição, pelo facto de grande parte das mesmas orientarem a sua produção para o autoconsumo, seguido da batata-doce e das hortícolas.

De modo geral, tanto as EAE como as EAF utilizam fertilizantes, em resultado da pobreza dos solos. A utilização de fertilizantes é inquestionável, pois a não utilização acarreta graves riscos. Assim, 94% das EAE usa fertilizantes, na sua maioria adquiridos no mercado formal, sendo que 11% do fertilizante utilizado é adquirido de forma subvencionada: É de realçar que cerca de 58% do fertilizante é adquirido por outras formas no propósito de obter uma boa produção. Nas EAF, cerca de 65% do fertilizante utilizado provém do mercado informal e 20% é adquirido no mercado formal. É um dado de realce que nas EAF 13% dos inquiridos preferiram não responder por não fazerem uso dos aditivos agrícolas por falta de condições de aquisição.

Em função dos habituais preços elevados dos fertilizantes químicos, questionamos se os nossos interlocutores tinham noções da alternativa que pode existir frente ao cenário que se desenha nos fertilizantes químicos. Em resposta, constatamos que nas EAE 85% conhece fertilizantes orgânicos e 79% utiliza-os. No caso das EAF, 72% conhece e 40% utiliza igualmente fertilizantes orgânicos.

O nível de satisfação dos resultados obtidos nas campanhas agrícolas das EAE e EAF ainda não é aquele ambicionado pelos seus membros. Fruto disso são os efeitos dos preços elevados dos fertilizantes. Tal pode-se verificar na questão colocada aos inquiridos sobre os níveis de satisfação da produção, sendo que 96% das EAE respondeu que o estado emocional é razoável, a par de 80% nas EAF.

Acerca da superfície de área cultivada, é de considerar que a maior parte dos inquiridos nas EAE, 98%, realiza o seu cultivo em áreas acima de 100 hectares, devido ao fato da maioria utilizar meios de produção que são a combinação de meios manuais e

tração animal. O mesmo não acontece nas EAF, onde a maioria, 91%, realiza o seu cultivo em áreas até 5 hectares, embora se justifique devido aos meios de trabalho em uso, maioritariamente do tipo manual.

Com o propósito de se conhecerem as dificuldades que passa a população em estudo, questionamos a origem da água, fator indispensável para a agricultura. Nessa questão, 83% dos inquiridos das EAE respondeu que as chuvas constituem a única fonte de água para o cultivo, impossibilitando-lhes a realização de cultivos em períodos de seca e de estiagem. Apenas 17% referem possuir alternativas à irregularidade das chuvas através das valas de drenagem. O mesmo acontece com as EAF, sendo que 55% respondeu que a chuva é a fonte de água por excelência e cerca de 41% possui, para além da água da chuva, valas de drenagem que servem de alternativa em períodos de seca e estiagem. Na mesma linha de orientação pesquisamos sobre as condições tanto naturais e artificiais que têm estado na base da pouca produtividade. Sobre esta questão, 68% dos inquiridos da EAE respondeu que a chuva constitui o fator natural que torna impeditivo a melhoria da produção agrícola, enquanto que, por outro lado, a falta de tecnologia agrícola é um dos fatores preponderantes para a inviabilização dos objetivos que perseguem.

Nas EAF, cerca de 66% dos nossos inquiridos mencionou igualmente que a chuva continua a ser um fator natural que impede alcançar grandes colheitas e 66% indicou que o crédito agrícola constitui o fator que tem sido o empecilho de uma melhor produtividade.

Na sua generalidade, as EAE e as EAF são unânimes em considerar que uma agricultura assistida e apoiada com meios adequadas para uma boa prática, bem como a redução dos preços dos fertilizantes, poderão constituir fatores capazes de impulsionar o surgimento de outros setores de atividade económica, indispensáveis para catapultar a província para um desenvolvimento sustentável e harmonioso.

5.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS EMPRESARIAIS E DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS FAMILIARES

Os inquéritos às Empresas Agrícolas Empresariais (EAE) e às Empresas Agrícolas Familiares (EAF) foram realizados nos diferentes municípios da Província do Huambo, sendo os resultados trabalhados através da utilização do software estatístico SPSS Versão 20, realizando-se uma análise estatística descritiva.

Neste capítulo serão expostas algumas análises conclusivas em função dos resultados obtidos durante o trabalho prático de campo, conforme se segue:

A EAE é constituída pelas associações e cooperativas, por sua vez, esses mesmos grupos organizados são constituídos pelos agricultores de uma ou várias regiões circunvizinhas. Verificou-se que os integrantes destes grupos (EAE) são na sua maioria mulheres. Este fato é esperado por se saber que segundo o resultado do Censo 2014 da População e habitação realizado em Angola, 52% da população é constituída por mulheres. Esta realidade é diferente se observarmos os resultados das EAF. Estas últimas são compostas por famílias, que constituem EAF individuais, com os resultados a mostrarem que a maior parte dos líderes das EAF são homens. Este fato justifica-se se olharmos no contexto da matriz cultural em que a Província do Huambo está inserida, porque segundo os costumes desta região os homens são os líderes das famílias, cabendo a responsabilidade de traçarem os destinos e objetivos que a família deverá tomar.

Na maioria das EAE a produção é destinada para o autoconsumo dos membros que as integram e parte da mesma produção é direcionada para o mercado informal. Isto significa que há um excedente capaz de suprir algumas necessidades de caráter financeiro da coletividade, dando lugar ao crescimento da EAE. Preferencialmente, o destino número um é o mercado informal devido à dificuldade que as famílias encontram no que tange à penetração no comércio formal, o que por um lado é desvantajoso se olharmos do lado da perda que ocorre quanto à arrecadação de impostos.

As EAF, tal qual as EAE, sentem dificuldades de produção de grande escala, orientando a maioria delas a sua produção simplesmente para o autoconsumo. A produção dura o ciclo agrícola inteiro, cabendo-lhes a possibilidade de garantir o consumo e parte da produção é destinada para semente da campanha agrícola seguinte. Por um lado, é um aspeto positivo constatar que as EAF dependem de si mesmas para o

autoconsumo, por outro lado, é negativo observar que a maior parte só produz para autoconsumo, encontrando-se em situação difícil por falta de condições para possíveis investimentos com vista à melhoria do estado da família.

A Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural apoia as EAE em termos técnicos e na distribuição de fertilizante, embora não de forma regular e nas quantidades desejáveis. Mesmo assim, os preços praticados são inferiores aos do mercado informal. Isto deve-se ao fato de em Angola não existir qualquer empresa produtora de fertilizantes químicos. As EAE, para além do apoio da Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, recebem quase todas apoio administrativo por parte da União Nacional dos Agricultores de Angola (UNACA), com vista a dotá-las de ferramentas capazes de resolver aspetos ligados à estrutura da organização.

As EAF não recebem nenhum apoio da Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e nem mesmo da UNACA de forma direta, mas sim de forma indireta através das políticas que são criadas para o crescimento e desenvolvimento da agricultura, já que se torna difícil o apoio direto de agricultores individuais.

O nível académico das EAE e EAF é considerado como baixo se olharmos para os resultados obtidos durante o trabalho de campo, sabendo que grande parte das duas populações mostram que frequentaram apenas até ao nível primário. Se considerarmos que o nível primário varia da 1ª até à 4ª classe e estando oculto o conhecimento sobre o termo do ciclo primário podemos deduzir que muitos membros da população estudada não sabem ler nem escrever, aspeto que se considera negativo já que a agricultura por sua vez acompanha o crescimento e desenvolvimento da sociedade, solicitando cada vez mais dos seus utilizadores técnicas sofisticadas que para o seu manuseamento necessitam de conhecimentos firmes e atualizados.

O registo dos terrenos na Conservatória de Registo Predial, organismo do Estado afeto ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos é incipiente, se não mesmo nulo, o que representa um risco acentuado tanto para as EAE como para as EAF pelo fato de não existir qualquer garantia definitiva por parte do Estado quanto à permanência, embora se possa dizer que tanto as EAE como as EAF realizam as suas práticas em áreas adquiridas no âmbito do direito consuetudinário, o que de certo modo goza de uma relativa garantia, já que o Direito Angolano reconhece o Direito costumeiro se este for a favor da lei³.

³ É reconhecida a validade e a força jurídica do costume que não seja contrário à Constituição nem atente contra a dignidade da pessoa humana. Artigo 7º da Constituição de Angola, pág. 15.

Os meios de trabalho utilizados na atividade agrícola são na sua maioria manuais ou a combinação de meios manuais e tração animal. Assim, as EAE na sua maioria combinam os dois meios - manuais e tração animal - o que se justifica devido à extensão de terra explorada, bem como pela orientação do destino dado à produção (autoconsumo e mercado informal). O mesmo não acontece com as EAF, pelo fato de na sua maioria utilizarem apenas meios manuais adequando-se aos fins dados à produção, simplesmente para o consumo, justificando assim a extensão de terra explorada, segundo dados recolhidos durante o trabalho de campo.

Sobre os investimentos que devem ser feitos nos campos agrícolas, área de trabalho das EAE e EAF, aqueles são quase nulos, pelo fato de que ambas dependem dos seus próprios rendimentos para a sua efetivação. Este é um aspeto muito negativo num momento em que se espera muito da agricultura como motor da necessária diversificação da economia, já que durante muito tempo o orçamento angolano dependia simplesmente de uma única variável que era o petróleo. Ora, devido à conjuntura internacional, o quadro deve tender à mudança, sendo para o efeito imperioso que haja mais investimentos com vista ao aumento da produção, tanto das EAE e EAF, tornando-as capazes, numa primeira fase, de suprir a dependência da importação de certos produtos que constituem a cesta básica.

A EAE elege o feijão em primeiro lugar em termos de cultivo e a seguir o milho e as hortícolas. Tal justifica-se pelas razões de que o feijão motiva uma grande procura nos mercados, tanto informal bem como formal e por fazer parte da dieta alimentar dos angolanos, cujo preço durante o referido trabalho variava entre 2,5 – 3,5USD, equivalente em Kwanza 250 - 350 Kwanza o quilo. O milho e as hortícolas são outros produtos também cultivados pelas EAE, sendo o primeiro como segunda opção e o último como terceira opção. Este contexto justifica-se pelo fato de que para além da EAE olhar apenas ao mercado, também quanto o consumo é autossustentável, incorporando por isso no leque de produção o milho e as hortícolas e outros produtos para o consumo dos seus membros. Ao contrário do que acontece nas EAF, onde a produção é maioritariamente voltada para o autossustento das famílias, o produto produzido em maiores quantidades é o milho, pois constitui a base da dieta das famílias na região do planalto central, seguido da batata-doce e das hortícolas.

Como já foi referido, a utilização de fertilizantes é indiscutível, tanto para as EAE como para as EAF, em resultado da pobreza dos solos. Os fertilizantes são importantes para o cultivo, sendo na sua maioria adquiridos no mercado informal a

preços elevados, o que onera de certa maneira o processo agrícola. Estes preços elevados devem-se à ausência de uma fábrica de produção de fertilizantes no país que possa auxiliar o processo agrícola. Sendo o fornecimento de fertilizantes por parte do IDA insuficiente e irregular, a quantidade recebida por parte das EAE torna-se incapaz para cobrir toda a área cultivada, obrigando-as ao recurso ao mercado informal para a cobertura do déficit causado pelo fornecimento do IDA. Do lado das EAE, o recurso é a compra no mercado informal, sabendo que as mesmas não recebem qualquer tipo de aditivo agrícola, tornando igualmente mais oneroso o processo produtivo para as EAF.

Tanto os membros que formam as EAE como as EAF, na sua maioria, conhecem a existência do fertilizante orgânico, mas quanto ao uso existem deficiências para ambas as empresas por considerarem que fertilizante orgânico é apenas aquele que é proveniente dos dejetos do gado bovino. Logo, a falta destes animais constitui a razão da falta deste tipo de fertilizantes, principalmente nas EAF, pois utilizam na sua maioria meios de trabalho manual para o cultivo, ao contrário do que acontece nas EAE que para o cultivo combinam os dois meios, razão suficiente para terem acesso a fertilizantes orgânicos de excelência.

Ainda não são satisfatórios por parte das EAE e EAF os resultados obtidos da atividade agrícola se compararmos os preços dos fertilizantes, as dificuldades no uso de meios de trabalho mais avançados, bem como os poucos espaços de terra explorados.

As EAE na sua maioria exploram em áreas de cultivo acima de 100 hectares, resultante dos meios que utilizam para o cultivo que são os meios manuais e a tração animal enquanto que as EAF exploram na sua maioria áreas até cinco hectares em função dos meios de trabalho que possuem.

A única fonte de água para a prática agrícola é, para a maioria das EAE e EAF, a água das chuvas, o que estabelece um risco enorme em períodos de estiagem e de seca. Para além da chuva, também constitui um fator que condiciona em determinadas circunstâncias o aumento da produção agrícola a falta de tecnologia.

Em cerca de 70% das EAF, os nossos inquiridos mencionaram igualmente a chuva como fator natural que impede alcançar grandes colheitas. Por outro lado, 66% indicou o crédito agrícola como sendo o fator artificial que tem constituído o maior entrave para uma maior produtividade.

O apoio devido às EAE e EAF será suficiente para imprimir sinergias para o surgimento de outros setores de atividade económica. Isto significa que os integrantes das duas empresas estão convictos da importância que a agricultura desempenha em

relação ao surgimento de outros setores para o crescimento e desenvolvimento da província do Huambo.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve lugar num período em que a crise internacional provocada pela baixa do preço do barril de petróleo afetou significativamente os países produtores, uma vez que alguns países africanos, nomeadamente a Nigéria e Angola, durante muito tempo se vinham aproveitando dos preços elevados do petróleo, pois constituem, respetivamente, o primeiro e o segundo maiores exportadores de petróleo em África.

No caso de Angola, foram muitas as vozes que se vinham levantando a favor de uma maior diversificação das receitas do Estado por forma a evitar a sobrecarga de variáveis provenientes das receitas petrolíferas e diamantíferas, que juntas perfaziam a maior fonte do orçamento do Estado. Daí surge um papel a ser desempenhado pela agricultura Empresarial e Familiar, para intervirem com o mesmo objetivo de contribuir para uma maior diversificação da economia.

Em função do número de membros que compõem as EAE e EAF, o setor agrícola cumpre com a sua atribuição no processo de desenvolvimento que se resume na geração de mão de obra, criação de mercado e transferência de capitais. Contrapondo a teoria dos outros autores que reparavam na agricultura como um entrave ao processo de desenvolvimento económico conforme dito por Castro (1960), citado por Garcia (1990), relativamente ao crescimento da agricultura brasileira, onde é destacado o trabalho de Johnston e Meller (1961).

Uma vez identificadas as dificuldades que estão na base para uma agricultura mais eficiente, tal como foram realçadas pelos inquiridos de ambas as Empresas (EAE e EAF), o papel que este setor pode desempenhar no surgimento de outros setores, conclui-se que o setor da indústria sempre beneficiou da produção simples de manufaturas elaboradas a partir de produtos de origem agrícola (Antônio, 1990), impulsionando o aparecimento de outros setores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento.

A agricultura é um setor que requer menos capital, destacando-se deste modo as EAF que durante os vários os ciclos de produção mantêm por vários períodos a auto suficiência em termos de sustentabilidade alimentar, utilizando processos de conservação de sementes que, embora tradicionais, permitem resultados satisfatórios.

É preciso reconhecer que se olharmos para os resultados obtidos para as EAE e EAF, no que diz respeito à origem dos investimentos feitos na agricultura, aqueles ainda

não são os mais desejáveis, o que de certo modo vem retardar o alcançar dos objetivos que se esperavam do setor, na medida em que o investimento faz com que a produção cresça, fazendo crescer, portanto, a produção do país.

Se contemplarmos os resultados obtidos para as EAE e EAF, acerca do grau de satisfação, este é deficiente, o que poderá ser explicado pelo contexto geográfico, influência da aglomeração de pessoas e empresas na geração de externalidades locais, posto que tal influi, de forma direta, sobre os retornos marginais dos fatores de produção de uma determinada localidade.

Embora não se possa provar de modo mais detalhado e rigor económico qual é a participação do setor agrícola no rendimento das famílias, pode-se constatar o quanto dependem daquela atividade, sobretudo as EAF. Percebe-se por esta via as mudanças positiva no seio da população quanto à forma de responder diante de questões relacionadas com a saúde, educação e outras formas que implicam a mudança da mesma sociedade.

Mesmo sabendo que quanto à questão do destino dado aos produtos produzidos grande parte dos mesmos são consumidos no que toca às EAF, nas EAE maioritariamente o que acontece é que parte considerável da produção é comercializada, o que de certa forma capacita a própria organização e os seus membros na procura do bem-estar e de mudanças de atitudes e costumes (ou seja, perspectiva o desenvolvimento socioeconómico integrado), tendo portanto efeitos nas condições económicas, sociais, políticas e culturais e ampliando as escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser.

A capacidade de sustentabilidade das EAE e EAF que se pode provar diante do trabalho em referência joga um papel fundamental se formos a comparar estes aspetos de forma unilateral junto das variáveis que compõem o indicador IDH, o rendimento das famílias, isto é, o rendimento per capita.

Mais uma vez, neste trabalho, em função dos resultados alcançados, ficou provada a teoria fundamentada ao longo dos tempos pela Escola Fisiocrática, onde a riqueza das nações dependeria da agricultura, o principal setor produtivo da economia, tendo em atenção os resultados em termos de produção obtida pelas EAE e EAF.

David Ricardo formulou o seu modelo com base no comportamento dos lucros na agricultura porque só na agricultura a mesma mercadoria pode ser vista como fator e como produto, facilitando o cálculo do lucro, ou seja, a análise dos lucros podia ser feita em termos puramente quantitativos, sem referência a preços.

Os resultados da atividade agrícola das EAE e EAF, embora não se tivesse tido em conta a divisão geográfica campo e cidade, constataam que a produção harmoniza o crescimento que beneficia os pobres tanto rurais, como urbanos, proporcionando-lhes mais alimentos e matéria-primas a preços baixos e reduzindo a pobreza através do crescimento na produtividade laboral e nas oportunidades de emprego nas zonas rurais conforme, na sequência do trabalho de Thurlow (2008), citado por Benedito Cunguara (2011).

Se nos orientarmos na perspetiva da quantidade de pessoas que o setor agrícola incorpora, podemos concluir que uma parte considerável da população deixa de estar desempregada devido ao papel que a agricultura desempenha em proporcionar recursos para o desenvolvimento global da economia, dando um contributo progressivo e inevitável e constituindo a principal fonte de emprego em comunidades sobretudo rurais. Nesse sentido, o setor da agricultura continua a ser, na maior parte dos países, o setor socialmente mais relevante.

A participação das autoridades governamentais com políticas mais atuantes, até hoje de certa maneira incipientes, tal como se pode constatar no trabalho com o preço dos fertilizantes, é fundamental. Esse apoio do Estado às EAE e EAF, sobretudo às EAF que, se tivermos em atenção os resultados do inquérito, quase não recebem qualquer apoio e ficam excluídas dos grandes mercados, é uma das saídas para a busca de alternativas e oportunidades de trabalho nos campos angolanos.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Durante a trajetória do processo de investigação, procurou-se imprimir rigor e dedicação na perspectiva de se obterem resultados inovadores. Claro que nem sempre esse escopo é consumado na íntegra pelo fato de existirem variáveis inerentes a um trabalho deste tipo que não são endógenas, mas que fazem parte dos desafios de qualquer investigação científica.

Tendo em conta o contexto em que este trabalho foi realizado, nomeadamente num período em que as instituições governamentais se preocupam com a diversificação da economia que passa necessariamente pela maior participação do setor agrícola e não só, é imperioso destacarem-se alguns aspetos que poderiam ser melhorados em trabalhos futuros de investigação, na expectativa de colocar sobre a mesa informação cabal que possa ser cada vez mais útil para as decisões políticas que possam beneficiar a sociedade de forma homogênea.

A estrutura de questionário para ambos as empresas inquiridas baseou-se numa realidade pré-existente que foi aplicada mediante a revisão da literatura e o contexto do que era estudado na altura da realização deste trabalho. Futuras investigações poderão alargar e incorporar outras variáveis, tendo como referência o contexto que se vive, em que se espera muito mais do setor agrícola, ou seja, venha a consistir numa mola impulsionadora da diversificação económica de Angola e da região do Huambo em particular.

Durante a recolha da informação no terreno, para ambas as empresas (EAE e EAF), muitos dos inquiridos absterem-se a responder a certas perguntas, o que não foi de modo algum positivo para o trabalho. Logo, acreditamos que será feito um maior esforço num trabalho futuro de índole semelhante, procurando-se que as taxas de abstenção possam ser cada vez mais baixas.

Este trabalho foi realizado em termos espaciais nos municípios da Província do Huambo, servindo-se como população de estudo e amostra populacional das EAE e EAF existente naqueles locais. Analisando os resultados deste trabalho, e na perspectiva de obter uma informação cada vez mais abrangente para conhecer o perfil da população, é necessário que os próximos trabalhos se estendam para outras regiões, de acordo com a divisão administrativa regional ou mesmo nacional.

Acreditamos que a pouca informação escrita existente num contexto local sobre o assunto em análise neste trabalho (Empresas Agrícolas Empresariais e Empresas

Agrícolas Familiares) constitui um vazio que pode ser alterado com a realização de mais trabalhos na mesma linha de investigação, tendo o nosso trabalho constituído um singelo contributo nesse sentido.

BIBLIOGRAFIA

- Antônio, A. (1990). Agricultura e desenvolvimento económico no Brasil: os debates na década de 50 a 70. Ensaio FEE, Porto Alegre.
- Avelãs, A.J. (1994). Economia Política. Introdução à História da Ciência Económica e do Pensamento Económico. SASUC- SERVIÇO DE TEXTOS. COIMBRA.
- Banco Mundial (2008). Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 2008. USA: The World Bank.
- Benedito Cunguara, J. G. (2011). O setor agrário e Moçambique: análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário. Diálogo sobre a promoção de crescimento agrário em Moçambique, (pp. 1,8 e 9). Maputo-Moçambique.
- Bitoun, J. (2006). O que revela o Índice de Desenvolvimento Humano ? Atlas Municipal, Recife-Brasil, 2.
- Bispo, R. (2009). IDH de Roraima: Condicionantes e especificidades. Tese de Mestrado.
- Bresser-Pereira, L. C. (2008). Crescimento e Desenvolvimento Económico. Acesso: 21 de março de 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>
- Carraro, A. (s.d). Desenvolvimento Sócio-Económico. Adam Smith e o Crescimento Económico. Acesso: 21 de março 2014-03-21. Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/economia/professores/carraro/Aula2.pdf>
- Código Civil da República de Angola (2 Coleção- Legislação). (2005). Angola-Luanda: Editora Plural editores grupo porto Editora.
- Costa, L. X. (2006). Desenvolvimento Territorial e ruralidade, modernização agrícola e desenvolvimento econômico. XLIV CONGRESSO DA SOBER (pp. 2-5). Porto Alegre-RS-Brasil: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.
- Corge Manuel, P. D. (2012). Constrangimentos no desenvolvimento da Agricultura no corredor do rio Dande: o caso de Santa Bolea-Tari, Bengo, Angola. Universidade de Évora.
- Coutinho, M. (2009). A economia de Timor-Leste. Faculdade de Economia da UNTL. Acesso: 21 de março 2014. Disponível em:

<http://economianacaotimorlestebcr.blogspot.com/2009/02/resumo-do-crescimento-economico.html>

- De Souza Vieira, R. (2009). Crescimento económico no estado de São Paulo. Uma análise espacial. Editora UNESP. Cultura Académica Desenvolvimento X Crescimento Económico: Uma análise histórica das teorias. 20 de março 2014. Em http://www.peteconomia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00020_TRABALHO.PDF
- De Sousa Pain, R. (2008). Características da Experiência Socialista na Agricultura de Angola após independência. Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Tese defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Ferreira, E. S. (1985). A lógica da consolidação da Economia de Mercado em Angola, 1930-75.
- Filippi, E. A., Siman, R. F. & Conceição, O. A. (2006). A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. PORTO ALEGRE - RS - BRASIL.
- Gallis, R. (1987). A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona. Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa. n. 6-7
- Garcia, A. A. (1990). Agricultura e desenvolvimento Económico no Brasil: os debates nas décadas de 50 a 70. Ensaio FEE. Porto Alegre.
- Geller, G. (2011). Manual Para Formatação de Trabalhos Académicos. Faculdades Integradas do Tapajós, Santarém-Brasil.
- Gerry, F. D. (2002). A problemática do desenvolvimento rural. Compêndio de Economia Regional, 2ª Edição, APDR, Coimbra, 548 e 552.
- Harris, John R. e Todaro, Michael P. (1970). Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. *American Economic Review*. 60 (1): 126–142.
- Instituto de Desenvolvimento Agrário (2009). Relatório Consolidado do Ano Agrícola 2009-2010. Angola - Huambo.
- Instituto de Desenvolvimento Agrário (2010). Relatório Consolidado do Ano Agrícola 2010-2011. Angola - Huambo.
- Instituto de Desenvolvimento Agrário (2011). Relatório Consolidado do Ano Agrícola 2011-2012. Angola - Huambo.
- Instituto de Desenvolvimento Agrário (2012). Relatório Consolidado do Ano Agrícola 2012-2013. Angola - Huambo.

- Lewis, W. Arthur (1954). Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*. 22(2), 139-191.
- Lucena, R. B. (2000). O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico Brasileiro, 1980-1998. In Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre-RS 2000, Brasil:
- Mabjaia, E. E. (2008). Licenciatura. Agricultura em Moçambique e o impacto do setor açucareiro no crescimento económico. Maputo, Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane.
- Marôco, J. (2011). Análise Estatística com o SPSS Statistics. 5ª edição.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2005). Relatório de Avaliação da Campanha Agrícola 2005-2006. Angola - Luanda.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2006). Resultados da Campanha Agrícola 2006-2007. Angola - Luanda.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2008). Campanha Agrícola Resultados 2008-2009. Luanda.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2010). Resultados da Campanha Agrícola e da Produção Pesqueira 2010-2011. Angola -Luanda.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2011). Campanha Agrícola Resultados 2011-2012. Angola - Luanda.
- Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012). Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017. Angola - Luanda.
- Marques, L. M. (2012). A Internanacionalização no Setor da Cortiça: Estudo Exploratório às Empresas. Dissertação de Mestrado em Finanças. Universidade Portucalense Infante D. Herinque. Porto – Portugal.
- Mosca, J (2008). Agricultura e desenvolvimento en Africa. Instituto Piaget- Lisboa
- Mosca, J. (2004). Angola: Agricultura e Desenvolvimento. (PIAGET, Ed.) SOS África, 771-745.
- Nojima, D. (2008). Teoria do desenvolvimento e economia regional. Uma análise da experiência brasileira, 1995-2005. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Económico, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. CURITIBA. Acesso: 20 de março 2014. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/tese_daniel_nojima.pdf

- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2014). Forum Global e Exposição sobre Agricultura Familiares - Resumo e Resultados. Acedido em 7 de junho de 2014 em: <http://www.fao.org/family-farming2014/news/news/details-press-room/pt/c/218447/>
- Pacheco, F. (2003). Contribuição para a definição de uma estratégia da agricultura sustentável para o Huambo. Artigo apresentado no Workshop realizado no dia 7 de Outubro pela ADRA - Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente.
- Paulo, O. S. (1997). Agricultura e desenvolvimento. Lisboa: CESA.
- Pereira, A. (2011). Capital social: importante instrumento potencializador do desenvolvimento rural tendo por base a agricultura familiar. São Lourenço do Sul, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Pinhel, M. F. (2011). A Importância do setor agrícola no desenvolvimento dos países ACP. Lisboa-Portugal: Universidade Nova de Lisboa.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – Brasil (varios anos), Relatório de Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.pnud.org.br/HDR>.
- Ranis, G. e Fei, J.C. (1961). A Theory of Economic Development. *American Economic Review*. 51(4), 533-565.
- Romão, M. C (2013). Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. *Revista de Economia Política*, Vol 13 n. 52, 97-111.
- Romeiro, A. R. (1996). Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. Congresso Brasileiro de Plantio Direto para Agricultura Sustentável, Org. IAPAR e UEPG, Ponta Grossa, PR, março de 1996. Ponta Grossa: Instituto de Economia da UNICAMP.
- Silva, Edson Pereira (2013). Educação e desenvolvimento. *LATIN AMERICAN JOURNAL OF BUSINESS MANAGEMENT*, 26.
- Sohler, F. A. (2004). Modelo para otimização do índice de desenvolvimento humano (IDH) das organizações das Nações Unidas (ONU) composto pelos indicadores de Educação, Saúde, e Renda. Rio de Janeiro Brasil: PUC- Rio de Janeiro.

Webgrafia:

- ACORD - Agência de Cooperação e Pesquisa em Desenvolvimento (2013). A agricultura é o “motor de crescimento” que a África precisa. Acedido em 2 de junho de 2014 em:

<http://www.acordinternational.org/acord/pt/acord/pt/nossas-atividades/meios-de-subsistencia-e-soberania-alimentar/agricultura-e-segurana-alimentar/>

- Adam Smith - A Riqueza das Nações, Disponível em:http://www.suapesquisa.com/biografias/adam_smith.htm. Acesso: 21 de março de 2014.
- Macroeconomía. Teoría del Crecimiento y el desarrollo económico. Acesso em: 21 de março 2014. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos32/teoria-crecimiento/teoria-crecimiento.shtml>:

Questionário A (Cooperativas agrícolas ou empresas agrícolas)

O tipo de perguntas constantes neste formulário baseia-se em questões de resposta fechada, devendo o entrevistador conduzir a sessão de perguntas e respostas.

Este questionário é dirigido aos responsáveis das Cooperativas Agrícolas ou das Empresas Agrícolas, que são os que orientam os destinos das organizações que coordenam.

Assinale com um X no quadrado que corresponde à sua resposta.

PARTE 1 Dados sobre o surgimento, estrutura e objetivos da cooperativa

- 1 Como surgiu a cooperativa?
- Iniciativa de um grupo de residentes da comunidade
 - Iniciativa particular
 - Iniciativa do Estado
 - Outro tipo de iniciativa
 - Não responde
- 2 Por quantos membros é composta a cooperativa?
- Menos de 50 cooperantes
 - Entre 51 e 100 Cooperantes
 - Entre 101 e 500 cooperantes
 - Mais de 501 membros cooperantes
 - Não responde
- 3 Que sexo é predominante nos membros da cooperativa?
- Masculino
 - Feminino
- 4 Quais são os fins que pretendem alcançar?
- Melhorar as condições de vida dos associados
 - Aumentar a extensão de terra cultivada

- Transformar a cooperativa num outro tipo de empresa
- Não responde
- Outros fins _____

5 Para onde é canalizada a maior parte da produção da Cooperativa?

- Para o mercado formal
- Para o mercado informal
- Para consumo dos próprios cooperantes
- Outro destino
- Não responde

PARTE 2.1 Dados sobre apoios dados à cooperativa e sua organização administrativa

6 Indique a proporção dos apoios que recebem para a cooperativa

- Âmbito comunal
- Âmbito Municipal
- Âmbito Provincial
- Âmbito Nacional
- Outra via
- Nenhum apoio

2.2 Dados sobre a proveniência dos apoios prestados à cooperativa

7 Que organismos apoiam a cooperativa?

- A nível Administração local IDA
- A nível D.P. A R
- A nível UNACA
- A nível outras Entidades Publicas
- A nível outra Entidades Publicas Privadas Internacional

8 Qual é o nível de escolaridade do líder da cooperativa?

- Primário
- Secundário
- Médio
- Nunca frequentou a escola
- Não responde

- 9 A associação está registrada no Ministério Público (escritura pública)?
- Sim
 - Não
- 10 Se sim, quais as facilidades que tiveram para o seu registro?
- Ajuda por parte do Estado
 - Ajuda de um particular
 - A própria Associação fê-lo de forma voluntária
 - Outra forma
 - Não responde
- 11 Se não, quais são as dificuldades que estão a ter para a sua efetivação?
- Orientação por parte das autoridades do Estado
 - Falta de iniciativa dos Cooperantes
 - Outras razões
 - Não responde
- 12 Que meios de trabalho utilizam predominantemente para o cultivo da terra?
- Utilização de Maquinaria
 - Tração animal
 - Meios manuais
 - Não responde
- 13 De onde vêm fundamentalmente os apoios para a manutenção dos meios de trabalho?
- Governo
 - Própria cooperativa
 - Outras origens
 - Não responde
- 14 Caso queiram investir a quem recorrem?
- Fundos próprios
 - Agências bancárias
 - Fundos para agricultura
 - Não responde

PARTE 3 Dados sobre a Produção das Cooperativas

15 Quais são os produtos que mais cultivam?

1º lugar _____

2º lugar _____

3º lugar _____

Não responde

16 Quais são os produtos com mais rendimento no mercado?

1º lugar _____

2º lugar _____

3º lugar _____

Não responde

17 O que fazem para manter elevados os níveis de produção daqueles produtos com muita procura?

- Investem mais nesses produtos
- Melhoram as sementes destes produtos
- Deixam de produzir outros produtos para produzir aqueles com mais saída no mercado
- Nada fazem
- Outra resposta
- Não responde

19 Utilizam fertilizantes?

- Sim
- Não

20 Se sim, onde adquirem os fertilizantes?

- São fornecidos pelo Estado sem subvenção
- São fornecidos pelo Estado e subvencionados
- São adquiridos no mercado informal
- São adquiridos no mercado formal
- Não responde
- Outra forma _____

- 21 Têm noções da produção de fertilizantes orgânicos?
- Sim
 - Não
 - Em parte
- 22 Já alguma vez utilizaram fertilizantes orgânicos?
- Sim
 - Não
- 23 Quais são os níveis de produção que têm atingido?
- Bons níveis de produção
 - Razoáveis níveis de produção
 - Péssimos níveis de produção
 - Não responde
- 24 Qual é a situação da cooperativa nos dias de hoje em termos de produtividade?
- Satisfaz as nossas pretensões
 - Satisfaz parcialmente as nossas pretensões
 - Não satisfaz as nossas pretensões
 - Não responde
- 25 Qual é a quantidade de superfície cultivada por época?
- Até 500 hectares
 - de 501 até 1000 hectares
 - Mais de 1001 hectares
 - Não sabe/ não responde
 - Não responde
- 26 Qual é a quantidade total de produção por época?
- Até 500 toneladas diversas
 - de 501 até 1000 toneladas diversas
 - Mais de 1001 toneladas diversas
 - Não sabe/ não responde
 - Não responde

27 Qual é a origem da água utilizada para a produção?

- Chuva
- Canais e valas de irrigação
- Outras fontes
- Não responde

29 Quais são os fatores que condicionam a vossa produção?

Fatores naturais:

- Chuva
- Seca
- Queimadas
- Outros

Fatores artificiais:

- Insumo
- Tecnologia
- Crédito
- Não responde
- Outros _____

30 A agricultura pode influenciar o aparecimento de outros setores de atividade?

- Sim
- Não

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

- Herança
- Iniciativa do estado
- Outro tipo de iniciativa
- Não sabe/ não responde

6 Por quantos membros é composta a empresa familiar?

- Menos de 5 membros
- Entre 5 e 10 membros
- Entre 11 e 16 membros
- Mais de 16 membros
- Não sabe/ não responde

7 Para onde é canalizada a maior parte da produção da empresa familiar?

- Para o mercado formal
- Para o mercado informal
- Para consumo da própria família
- Outro destino
- Não sabe/ não responde

PARTE 3.1 Dados sobre apoios dados à cooperativa e sua organização administrativa

8 Indique a proporção dos apoios que recebem para a cooperativa

- Âmbito comunal
- Âmbito Municipal
- Âmbito Provincial
- Âmbito Nacional
- Outra via
- Nenhum apoio

3.2 Dados sobre a proveniência dos apoios prestados à cooperativa

9 Que organismos apoiam a cooperativa?

- A nível Administração local IDA
- A nível D.P. A R
- A nível UNACA
- A nível outras Entidades Publicas
- A nível outra Entidades Publicas Privadas Internacional

PARTE 4 Dados sobre a organização Administrativa da Empresa familiar

10 A parcela de terra está registada no Ministério Público (escritura pública)?

- Sim
- Não

11 Se sim, quais as facilidades que tiveram para o seu registo?

- Ajuda por parte do Estado
- Ajuda de um particular
- A própria Associação fê-lo de forma voluntária
- Não sabe/ não responde

12 Se não, quais são as dificuldades que estão a ter para a sua efetivação?

- Orientação por parte das autoridades do Estado
- Falta de iniciativa própria
- Falta de documentação
- Outra
- Não sabe/ não responde

13 Que meios de trabalho utilizam para o cultivo da terra?

- Usos de Maquinaria
- Tração animal
- Meios manuais
- Não sabe/ não responde

14 Caso queiram investir a quem recorrem?

- Fundos próprios
- Agências bancárias
- Fundos para agricultura
- Não sabe/ não responde

PARTE5 Dados sobre a Produção da Empresa Familiar

15 Quais são os produtos que mais cultivam?

1º lugar _____

2º lugar _____

3° lugar_____

16 Quais são os produtos com mais rendimento no mercado?

1° lugar_____

2° lugar_____

3° lugar_____

17 O que fazem para manter elevados os níveis de produção daqueles produtos com muita procura?

- Melhoram as sementes destes produtos
- Deixam de produzir outros produtos para produzir aqueles com mais saída no mercado
- Nada fazem
- Outra resposta
- Não sabe/ não responde

18 Utilizam fertilizantes?

- Sim
- Não

19 Se sim, que tipo de fertilizante utilizam?

- Químico
- Orgânico
- Não sabe/ não responde

20 Onde adquirem os fertilizantes?

- São fornecidos pelo Estado sem subvenção
- São fornecidos pelo Estado e subvencionados
- São adquiridos no mercado informal
- São adquiridos no mercado formal
- Outra forma
- Não sabe/ não responde

21 Têm noções da produção de fertilizantes orgânicos?

- Sim
- Não

22 Já alguma vez utilizaram fertilizantes orgânicos?

- Sim
- Não

23 Quais são os níveis de produção que têm atingido?

- Bons níveis de produção
- Razoáveis níveis de produção
- Péssimos níveis de produção
- Não sabe/ não responde

24 Qual é a quantidade de superfície cultivada por época?

- Até 50 hectares
- de 51 até 100 hectares
- acima de 100 hectares
- Não sabe/ não responde
- Não sabe/ não responde

25 Qual é a quantidade total de produção por época?

- Até 50 toneladas diversas
- de 51 até 100 toneladas diversas
- acima de 100 toneladas diversas
- Não sabe/ não responde

26 Qual é a origem da água utilizada para a produção?

- Chuva
- Canais e valas de irrigação
- Outras fontes
- Não sabe/ não responde

27 Quais são os fatores que condicionam a vossa produção?

27.1 Fatores naturais

- : Chuva
- Seca
- Queimadas
- Outros
- Não sabe/ não responde

27.2 Fatores artificiais:

- Insumo
- Tecnologia
- Crédito
- Outros
- Não sabe/ não responde

28 A agricultura pode influenciar aparecimento de outros setores de atividade?

- Sim
- Não

Muito obrigado pela colaboração